

Campinas fecha 1º quadrimestre com as contas equilibradas e R\$ 1,1 bilhão em caixa

PÁGINA 5

Rogério Capela

Ministro André Mendonça dá início às atividades da Escola de Justiça



MAGNAVITA - PÁGINA 23 E PÁGINAS 3 E 24

Câmara abre investigação contra Vini Oliveira após malote suspeito

Vereadores abriram uma Comissão Processante (CP) contra Vini Oliveira (Cidadania-SP), flagrado em vídeo em reunião dentro de empresa

de ônibus, onde foi preparada caixa com conteúdo suspeito; malote foi levado por Vini, que alega inocência. Parlamentar disse que na caixa

havia denúncias (cujos documentos foram posteriormente protocolados no MP). Vini não compareceu à votação por razões de saúde. Caso co-

missão o considere culpado, poderá ter o mandato cassado; outro pedido de investigação contra ele, por funcionária fantasma, foi arquivado

PÁGINA 3

Casos infantis respiratórios graves sobem mais de 250%

Vacinação contra a gripe é ampliada para toda a população a partir de seis meses em Campinas. A campanha segue até o final de julho, segundo a Prefeitura. As doses estão disponíveis nos 69 centros de saúde e na Igreja Divino Salvador, no Cambuí.

PÁGINA 4

Americana registra alta em doenças respiratórias

PÁGINA 7

PAULO CAPPELLI

Gestão João Campos na mira do TCU

PÁGINA 13

TALES FARIA

Presidente decepcionou-se com Galípolo

PÁGINA 2

Escola em Piracicaba reabre com 280 vagas

PÁGINA 8

Moara Semeghini / Correio da Manhã



Promotoria suspendeu extração de árvore da Praça do Coco

MP pede interdição de área da Praça do Coco

Parecer citado aponta risco de queda; retirada da árvore segue suspensa

PÁGINA 5

Tales Faria

Lula decepcionou-se com Galípolo

A estimativa do Banco Central divulgada nesta segunda-feira, 1º, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – que é a referência da inflação no país – passou de 5,04% para 5,09% em 2026, conforme a pesquisa semanal do Boletim Focus com a expectativa de instituições financeiras sobre indicadores econômicos. Para 2027, a projeção da inflação variou de 4,01% para 4,02%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,66% e 3,5%, respectivamente.

O mercado aponta como responsável, nas últimas semanas, a guerra no Oriente Médio, que pressiona o preço dos combustíveis e, portanto, a inflação. Assim, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima segunda semana consecutiva.

Antes, quando a inflação estava sob absoluto controle, o BC e o mercado apontavam a política fiscal do governo como principal impeditivo para que a taxa básica (Selic) do Banco Central não baixasse. De junho de 2025 a março deste ano, o BC manteve a Selic em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. Hoje está em 14,50% ao ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o PT culpam a alta Selic pela inflação. A rolagem dos juros da dívida pública impede o ajuste fiscal e pressiona os preços. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, assumiu o cargo em janeiro de 2025 sob forte expectativa de Lula de que promoveria uma mudança na política de juros de seu antecessor no banco, Roberto Campos Neto, empossado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Galípolo era uma espécie de “menino de ouro” do presidente Lula. Como economista e ex-CEO do Banco Fator, ele atuou na campanha eleitoral de 2022 junto ao mercado financeiro para reaproximar

mar Lula e o Partido dos Trabalhadores dos players das empresas e dos bancos.

Passada a campanha, ele foi indicado pelo próprio Lula para a equipe de transição e, depois, assumiu a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda. Como subordinado do ministro Fernando Haddad, cuja confiança conquistou, ganhou espaço rumo ao Banco Central. Tornou-se diretor de Política Monetária e consolidou a confiança do governo assumindo como presidente da instituição.

Na época, o que se dizia no Palácio do Planalto é que Galípolo não faria uma mudança brusca, mas iria alterando aos poucos os rumos da taxa de juros.

Não fez nada disso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, irritado, chegou a dar entrevistas afirmando que, por ele, a taxa Selic já teria baixado “há muito tempo”. Haddad fez questão de dizer que não era uma crítica à instituição e que ele “não estava sozinho” nessa crítica.

Estava apontando para Galípolo, que perdeu duas janelas para mudar a política de juros. Em dezembro de 2024, quando podia parar as altas da Selic e não parou e, em dezembro/janeiro de 2025, quando podia cortar a taxa de juros e não cortou.

É a Galípolo que Lula culpa pelos juros estarem no patamar atual, quase sem ter como controlar a inflação em meio à guerra. O economista Bresser Pereira, que apresentou Galípolo a Lula, chegou a escrever artigo classificando o pupilo como traidor.

Um erro de escolha que Lula compara ao da maioria das indicações de ministros do Supremo Tribunal Federal em seus dois primeiros mandatos. Depois que assumiram, nada mais podia ser feito. Assim como nada se pode fazer agora com Galípolo. Só resmungar que foi uma decepção.

Fernando Molica

Tarcísio, Flávio e Allan Kardec

A operação da Polícia Civil de São Paulo contra a produtora do filme sobre Jair Bolsonaro faz lembrar uma frase e que era pichada em muros cariocas: “Coincidências não existem, leia Kardec”.

A IA de plantão no Google diz que, para Allan Kardec o criador — ou codificador — do espiritismo, coincidências não passam de manifestações da “sincronicidade”, eventos significativos seriam resultado de “conexões entre os espíritos e o planejamento de causas e efeitos”.

Deve ter sido uma dessas conexões que uniu uma notícia de crime feita por um petista de Sapucaia do Sul (RS), o Ministério Público estadual, a polícia que atua sob a autoridade do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), a prefeitura paulistana e o filme sobre Jair Bolsonaro.

Semana passada, Tarcísio, barrado pelo ex-presidente em sua postulação ao Planalto, disse que o pré-candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), ainda tinha “muitas questões” para explicar sobre a sua relação com Daniel Vorcaro. Este, por coincidência (ou sincronicidade), o empresário que, segundo o clã Bolsonaro, de maneira sigilosa e ainda não explicada, financiou “Dark Horse” (os investigadores não descartam que dinheiro da prefeitura tenha sido desviado para o filme).

A operação da polícia paulista ocorreu três dias depois de Gilberto Kassab, presidente-dono do PSD, afirmar que pode se indicar para ocupar a vice na chapa presidencial de Ronaldo Caiado, candidato que ele escolheu. Kassab, até outro dia, era secretário de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo. As conexões e o planejamento de causas e efeitos indicam alguma concertação

entre os espíritos que movem as cartas sobre a mesa ou tábua de Ouija usada pela oposição.

As cartas psicografadas que transmitem comunicados de grandes espíritos da política ainda não explicaram o que poderia levar a polícia de Tarcísio conduzir com estardalhaço uma operação que investiga supostas irregularidades na prefeitura administrada por um grande aliado, Ricardo Nunes (MDB), que terá um papel decisivo na tentativa de reeleição do governador.

Em nota, a prefeitura disse colaborar com as investigações, mas esse tipo de afirmação virou rotina entre nós. O importante é saber se esta colaboração será, de alguma forma, premiada por Tarcísio ou se não passa de uma mera justificativa.

A doutrina espírita admite a existência dos chamados espíritos brincalhões ou trasgos. Segundo a “Kardecopedia”, são “mais traquinas que maus, pertencem à classe dos Espíritos levianos”, gostam de “causar pequenos vexames e contrariedades”, representam “os meninos terríveis do mundo espírita”.

Vai ver que foi um desses zombeteiros que fez com que o ator e deputado federal Mário Frias (PL-SP) se aproximasse de Karina Gama, que assim foi transformada em grande empresária e responsável por ONGs acolhedoras de emendas parlamentares milionárias.

O mesmo fantasma nada camarada transformou Vorcaro em produtor do filme sobre Bolsonaro e ainda azeitou a relação perigosa entre Flávio e Vorcaro. O mais provável, porém, é que tantos fatos assombrosos não tenham nada a ver com ectoplasmas, não passem de jogo sincronizado e pesado de almas encarnadas e cheias de truques.

EDITORIAL

Mostra a sua força Brasil!

Poucas coisas no mundo têm a capacidade de mobilizar um país inteiro como a Seleção Brasileira às vésperas de uma Copa do Mundo. A cada convocação, a cada amistoso, a cada campanha publicitária que celebra essa identidade coletiva, cresce uma energia que já não é apenas expectativa: é uma força em movimento. A torcida se organiza, as conversas se intensificam e o Brasil volta a viver aquele clima único em que o futebol deixa de ser apenas esporte e vira sentimento nacional.

No Maracanã, essa energia ganhou ainda mais força no último compromisso da Seleção. As arquibancadas pulsaram como poucas vezes, transformando o estádio em um grande ensaio do que se espera para os primeiros jogos do Mundial. Houve emoção, vibração constante e aquela sensação inconfundível de que algo grande está sendo construído. A mobilização da torcida dentro e fora do estádio reforça a dimensão do que está por vir, um país inteiro voltado para um mesmo sonho.

Dentro de campo, o amistoso serviu como reforço dessa confiança crescente. Os titulares apresentaram solidez, controle e intensidade, mostrando uma equipe madura capaz de impor ritmo e leitura de jogo. Já os reservas, ao entrarem, mantiveram o nível elevado, com energia,

velocidade e competitividade, dando sinais claros de um elenco amplo e preparado. Mais do que uma atuação pontual, o que se viu foi a confirmação de um grupo em que as peças se complementam e mantêm padrão competitivo independentemente de quem esteja em campo.

Esse tipo de resposta é especialmente valioso em uma competição como a Copa do Mundo, onde o detalhe e a profundidade do elenco frequentemente decidem trajetórias. A sensação que fica é a de uma Seleção com alternativas reais, capaz de se adaptar sem perder identidade.

Mas, como sempre, a Seleção Brasileira ultrapassa o campo tático. Ela pertence ao imaginário do país. Quando veste a camisa amarela, não joga sozinha. Carrega consigo uma nação inteira que se reconhece naquele movimento coletivo, que sofre junto, vibra junto e se emociona junto.

É essa energia que ganhou força no Maracanã e se espalha pelo Brasil que embala a caminhada rumo ao Mundial. Uma mistura de confiança e esperança, de cobrança e sonho, de presente e história. O time se prepara, mas o país já joga junto.

E, quando a Copa começa, essa união se transforma em algo difícil de medir, mas fácil de sentir: o Brasil inteiro em campo, do primeiro ao último minuto.

Opinião do leitor

Cores da fé

Na quinta-feira, 4 de junho, celebraremos a solenidade de Corpus Christi, manifestação pública da fé na presença de Jesus no Santíssimo Sacramento e de comunhão eclesial. No Brasil, o primeiro Corpus de Cristo ocorreu em 1549, em Salvador (BA). As autoridades organizaram o cortejo, do qual todos os moradores da cidade foram obrigados a participar.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Por Raquel Valli

Darlene Testa



Reunião foi realizada em Mogi Mirim

Tourinho articula campus do Instituto Federal na região

O médico sanitário Pedro Tourinho (PT-SP), que foi vereador de Campinas por dois mandatos e candidato a prefeito da cidade por duas vezes, articula a instalação de um campus do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) na região, e, mais especificamente em Mogi Mirim. A previsão é que a unidade atenda de 1.200 a 1.400 estudantes, oferecendo gratuitamente cursos técnicos profissionalizantes e cursos superiores em diferentes áreas do conhecimento. Tourinho é pré-candidato a deputado federal, e, no mês passado, ao se reunir com o presidente Lula, solicitou um segundo campus em Campinas. O primeiro, no Campo Grande, foi articulado pelo próprio sanitário, enquanto vereador.

Educação pública

“Estamos falando de educação pública, gratuita e de qualidade, capaz de transformar vidas e abrir novos caminhos para milhares de pessoas”, afirma Tourinho. Em Mogi Mirim, participaram da reunião o prefeito Paulo Silva (MDB-SP); o secretário municipal de Desenvolvimento e Inovação Massao Hito; e o diretor do IFSP Campus Campinas Marcelo Garcia.

Câmara Municipal de Campinas



Encontro foi proposto por Romão (PT-SP)

Câmara debate privatização da água

A Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente e de Enfrentamento aos Efeitos Climáticos da Câmara realiza nesta terça-feira (2), às 17h, uma reunião de debate sobre a privatização da água e os impactos para o direito ao abastecimento. Integra a Semana do Meio Ambiente, voltada à conscientização da população e à mobilização da sociedade em defesa da preservação dos ecossistemas. Com o lema “Água não é mercadoria”, Wagner Romão (PT-SP), presidente da Frente, propôs o encontro.

Impactos da concessão

O vereador cita o cenário crítico da privatização da Sabesp, com aumento de reclamações e piora no serviço, apontando que o modelo pode atingir as barragens de Pedreira e Amparo, que pretendem abastecer Campinas e municípios da região, e alerta para consequências como falta de água, tarifas altas e redução da fiscalização.

PINGA-FOGO

Corajoso

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, adota uma postura firme diante do cenário político ao diagnosticar com precisão os desafios da democracia. A análise lúcida e corajosa da conjuntura nacional demonstra a capacidade de liderança de um homem público que não foge aos debates complexos.

Desonra

Durante a aula magna da Escola Jurídica (EJ) que ministrou no Campus I da PUC-Campinas, apontou o cerne do problema: “vivemos uma crise de credibilidade das instituições”, destacando-se pela coragem de expor as fragilidades do sistema sem cair no derrotismo e buscando construir pontes em meio à polarização.

Cidadania

“Nós temos que garantir que vamos honrar e respeitar a confiança que o cidadão deposita em cada um de nós” porque “no fundo, as instituições somos cada um de nós. As pessoas olham para o Supremo, para a PUC, para o município, mas elas veem pessoas que lideram essas instituições”, apontou, chamando às responsabilidades pessoais.

Falência moral

E “quando o povo diz que não vale mais a pena ser honesto, que não vale mais a pena cumprir as leis, não vale mais eu pagar meus tributos, não vale mais a pena tentar fazer o certo porque o que prevalece é o errado, então, nós caímos numa crise profunda de sociedade, acrescentou, evocando o efeito cascata visto diariamente no convívio da nação.

Perfídia

“Quando o povo perde a confiança nas instituições, deixa de acreditar nele mesmo enquanto sociedade” e apontou: “o dia que nós não respeitarmos essa relação de confiança, fazendo prevalecer interesses próprios, interesses corporativistas, interesses ilegítimos e terceiros, estamos rompendo essa relação”.

Autorresponsabilidade

Por fim, declarou: “temos que garantir que vamos honrar e respeitar a confiança que o cidadão deposita em cada um de nós”, referindo-se aos representantes populares, nas esferas municipais, estaduais e federais, para além dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.



Vereador terá que responder à Comissão Processante

Após malote, investigação contra Vini é aprovada

Parlamentar pode perder mandato, caso CP indique sanção

Por Raquel Valli

A Câmara instaurou uma Comissão Processante para apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP), que corre o risco de perder o mandato. A Casa irá investigá-lo após reportagem da TV Record mostrá-lo em uma reunião em uma empresa de ônibus, em Paulínia (SP), onde um malote é alimentado com envelopes suspeitos. O parlamentar deixou o local portando a caixa.

A visita ocorreu em 1º de abril, menos de um mês após o leilão da concessão do transporte público de Campinas (SP). Em vídeo, publicado nas redes sociais, Vini negou as acusações. Não participou da votação na Câmara por motivos de saúde. Está com atestado por tempo indeterminado.

A comissão foi aprovada por 29 votos. Para sê-lo, era necessária concordância por maioria simples dos parlamentares presentes em plenário. Havia 30 na Casa. O colegiado será formado pelos vereadores Paulo Haddad (PSD-SP), que será o presidente da CP, Otto Alejandro (PL-SP), que será o relator, e Dr. Yanko (PP-SP).

Já o pedido de CP foi protocolado pela vereadora Mariana Conti (PSol-SP). Um segundo pedido foi protocolado pelo ativista político Adriano Vieira

Novo, mas, o de Conti foi aceito por ter sido protocolado antes. Ambos passaram pelo crivo técnico da procuradoria da Câmara.

Mais uma

Um terceiro pedido foi protocolado por Aparecido José de Oliveira, mas sobre tema diferente. Aponta que o vereador teria nomeado uma funcionária para atuar como assessora parlamentar, mas que ela não presta serviço no gabinete de número 05.

O pedido de investigação da suposta servidora fantasma não foi aprovado pela Câmara. Foi rejeitado por 21 votos contrários, dos 29 parlamentares votantes naquele momento.

E mais uma

O vereador Nelson Hosrri (PSD-SP) declarou na tribuna que Vini teria acusado, no vídeo cujas partes foram editadas pela TV Record, que um outro parlamentar teria acariciado as partes íntimas de vereadores no plenário. Hosrri afirmou que, caso Vini não seja cassado por improbidade administrativa dadas as questões do malote, que deverá sê-lo por falta de decoro, referente a tais acusações de caráter sexual.

O vídeo teria cerca de uma hora e quinze minutos de duração e foi gravado na empresa de ônibus em Paulínia, onde Vini participou da reunião e saiu portando o malote suspeito.

Câmara rejeita abrir Comissão Processante contra Ribeiro

Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) acusa do vereador de rachadinha

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas

Por Raquel Valli

Os vereadores da Câmara de Campinas votaram contra a abertura de uma Comissão Processante para investigar o vereador Edison Ribeiro (União Brasil-SP) por improbidade administrativa. Votaram pelo arquivamento 26 parlamentares presentes na sessão, que ocorreu na noite de ontem. À favor, foram apenas as vereadoras Debora Palermo (PL-SP), Fernanda Souto e Mariana Conti, ambas do PSol-SP), também presentes em plenário.

O pedido foi protocolado por Jônatas Rodrigues Manoel, baseando-se em uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) contra o vereador, contra o filho dele, André Ribeiro, e contra Guilherme do Prado, que atuou como servidor comissionado na Administração Regional 13.

Sanções

Na petição inicial, o MP requereu o ressarcimento dos danos causados ao erário municipal, a perda do mandato Ribeiro, e a suspensão dos direitos políticos dos envolvidos. O magistrado Claudio Campos da Silva, que atua na 3ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, deferiu a medida de quebra dos sigilos fiscal e ban-



Ribeiro nega as acusações; respondeu ao Correio da Manhã por meio de advogado

cário do vereador e do filho dele, fundamentando que o acesso aos dados financeiros é necessário para a verificação e o aprofundamento das provas apresentadas.

Rachadinha

Ainda de acordo com a acusação, os indicados operavam um esquema de transferência de salários de servidores, conhecido como rachadinha, no qual os funcionários nomeados para cargos de comissão eram compelidos a repassar frações de suas

remunerações mensais aos envolvidos como requisito para a contratação e a permanência nos postos de trabalho da estrutura pública. Depoimentos nos autos da investigação apontam que servidores comissionados confirmaram a prática ilegal.

A peça jurídica também relata a utilização de maquinário pertencente à Administração Regional 13 na execução e montagem da infraestrutura de uma festividade vinculada ao vereador, denominada Arraiá do Satélite Íris,

que ocorreu em junho de 2024.

O Ministério Público manifestou ainda a necessidade de que o repasse de verbas salariais e o uso dos bens móveis municipais sejam julgados de forma conjunta no mesmo processo judicial. A ação faz menção a outros procedimentos investigativos, de natureza civil e criminal, que tramitam contra integrantes da família Ribeiro por improbidade, citando uma cobrança financeira para a pavimentação asfáltica em área de

preservação ambiental no bairro Campo Grande, evento que também envolveu o emprego de máquinas da Administração Regional.

O outro lado

Procurado pelo Correio da Manhã, o vereador nega categoricamente os fatos alegados e a prática de improbidade administrativa além de rechaçar a acusação de ter solicitado recebido ou se beneficiado de parcelas de salários de servidores públicos.

Quanto ao evento Arraiá do Satélite Íris, sustenta que tratar-se de uma atividade pública gratuita realizada em campo de futebol na Rua Geraldo Campos Ferreira com tramitação formal perante a Administração Municipal.

Sobre o “Lixão da Pirelli”, pontua ser pública a necessidade de ações permanentes de zeladoria e limpeza. Por fim, afirma que permanece à disposição para eventuais esclarecimentos e confia que, ao final, os fatos serão devidamente esclarecidos.

Ribeiro respondeu à reportagem por meio do advogado Rodolfo Nóbrega da Luz, do escritório Cardella.

Ontem, ao fim da votação, Ribeiro afirmou que a verdade prevaleceu.

Campinas interdita área da Praça do Coco

Moara Semeghini/Correio da Manhã

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas realiza, a partir desta terça-feira (2), a interdição parcial de um trecho da Praça do Coco, no distrito de Barão Geraldo. A medida preventiva de segurança isolará uma área em um raio de 22 metros no entorno de uma árvore da espécie Ficus, localizada nas proximidades do parque infantil.

A decisão foi tomada após despacho do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) na última sexta-feira (29), que questionou a necessidade de manter a área totalmente liberada diante dos apontamentos de um parecer técnico elaborado pelo professor Demóstenes Ferreira da Silva Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), que indica risco de queda da árvore remanescente existente no local.

Segundo a administração municipal, será isolada uma área em um raio de 22 metros ao redor do exemplar da espécie Ficus localizado

próximo ao parque infantil. A Prefeitura informou que o documento citado pelo Ministério Público é o mesmo parecer técnico divulgado em maio e utilizado anteriormente para justificar a supressão das árvores na praça.

O MP também notificou o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) para que apresente, até quarta-feira (3), uma manifestação técnica sobre o conteúdo do parecer.

A nova movimentação ocorre após semanas de controvérsia envolvendo a retirada de árvores na Praça do Coco. Em 28 de abril, a Prefeitura promoveu a extração de duas figueiras de grande porte, com cerca de 15 metros de altura e aproximadamente 50 anos de idade. A medida gerou protestos de moradores, ambientalistas e frequentadores do tradicional espaço de convivência de Barão Geraldo.

Após os cortes, especialistas ligados ao Comdema, à USP, à Unicamp e à Unesp realizaram avaliações independentes das árvores. Os

exames utilizaram técnicas como tomografia sônica e ultrassônica e concluíram que os exemplares apresentavam condições de preservação, divergindo dos documentos utilizados pela Prefeitura para justificar a supressão. Em 13 de maio, diante da divergência entre os pareceres técnicos, a 12ª Promotoria de Justiça de Campinas determinou a suspensão imediata da retirada da árvore remanescente. Na ocasião, a promotora Luciana Ribeiro Guimarães Viegas de Carvalho reconsiderou entendimento anterior e afirmou que o laudo apresentado pelo Comdema havia sido produzido por equipe multidisciplinar, com vistorias presenciais e metodologia detalhada. A promotora destacou “divergência técnica relevante” e determinou que a Secretaria de Serviços Públicos suspendesse qualquer intervenção na árvore até nova deliberação. Também foi solicitado um contra-laudo técnico presencial e uma manifestação específica da Prefeitura sobre os fundamentos apresentados pelo Comdema.



Promotoria suspendeu nesta quarta-feira (13) a extração da árvore remanescente da Praça do Coco após questionamentos do Comdema, pesquisadores, alguns vereadores e moradores.

Campinas fecha 1º quadrimestre com R\$ 1,1 bi em caixa

Avanço de 10,19% na receita reflete PIB e arrecadação recorde do País no início de 2026

Por Moara Semeghini

Campinas apresentou um desempenho financeiro robusto nos primeiros quatro meses de 2026. De acordo com os dados oficiais apresentados na Audiência Pública de Metas Fiscais, a cidade registrou um crescimento expressivo em sua arrecadação e manteve as despesas sob controle, garantindo estabilidade econômica para o município.

Arrecadação em alta

A Receita Corrente Líquida de Campinas, que representa a soma de tudo o que a cidade arrecada com impostos e transferências, alcançou a marca de R\$ 9,03 bilhões. O valor representa um crescimento nominal de 10,19% na comparação com o mesmo período do ano passado. Esse avanço no caixa do município ficou bem acima da inflação acumulada no período, que fechou em 4,39%.

Com o ritmo forte da arrecadação, a Prefeitura registrou um superávit orçamentário de R\$ 808,6 milhões entre janeiro e abril, fazendo com que a disponibilidade total de dinheiro em caixa da prefeitura saltasse de R\$ 537 milhões (em dezembro de 2025) para R\$ 1,125 bilhão em 30 de abril de 2026.

Reflexo

Segundo analistas, esse fôlego financeiro de Campinas não é um fato isolado, mas acompanha de perto o aquecimento do cenário econômico nacional. Recentemente, as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicaram que o Brasil deve voltar a ocupar a posição de 10ª maior economia do mundo ainda em 2026.

Essa estimativa foi reforçada após o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrar um crescimento de 1,1% no primeiro trimestre deste ano, impulsiona-



Campinas apresentou desempenho robusto nos primeiros quatro meses de 2026

do principalmente pelo setor de serviços e pela recuperação de investimentos, um movimento que se reflete diretamente no município, forte polo industrial e de serviços do interior paulista.

O levantamento, compilado pela consultoria Austin Ratings a partir de dados de 45 países, mostra que o Brasil deve ultrapassar o Canadá no ranking global das maiores economias medido em dólares correntes. Em 2024 e 2025, o país havia caído para a 11ª posição, após ser superado pela Rússia e pelo Canadá.

Além disso, a força da atividade econômica nacional se materializou nos dados da Receita Federal. O governo federal arrecadou R\$ 278,8 bilhões em impostos e contribuições apenas no mês de abril, consolidando o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. No acumulado do primeiro quadrimestre, a arrecadação federal somou R\$ 1,05 trilhão, uma alta

real de 5,41%. No acumulado de janeiro a abril, a arrecadação chegou a R\$ 1,05 trilhão, alta real de 5,41% na comparação com o mesmo período do ano passado. É o maior valor já registrado para um primeiro quadrimestre desde o início da série histórica.

Contas seguras

De volta ao cenário municipal, a maré alta da economia permitiu que Campinas operasse com folga em relação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. O pagamento dos servidores municipais consumiu 34,15% da receita da cidade, muito abaixo do chamado "limite de alerta" da lei, que é de 48,60%. O endividamento geral do município segue sob controle, representando apenas 3,4% da receita líquida anualizada da cidade.

De acordo com o secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado, o resultado positivo do primeiro quadrimestre reflete

o bom desempenho da arrecadação e o controle das despesas executadas, o que ajuda a manter o equilíbrio das contas públicas. Ele ressalta, no entanto, que o valor acumulado serve para garantir os compromissos dos meses seguintes. "Cabe destacar, contudo, que o superávit foi inferior ao ano passado. Historicamente a arrecadação municipal apresenta maior concentração nos primeiros meses do exercício, em razão de eventos sazonais, como o pagamento em cota única de impostos e taxas", explicou o secretário.

Caiado completou apontando que a população não deve enxergar esse saldo como "sobra" permanente, já que o ritmo muda no decorrer do ano. "Em contrapartida, as despesas tendem a apresentar aceleração ao longo do segundo e terceiro quadrimestres, circunstância continuamente acompanhada no decorrer da execução orçamentária do exercício."

Casos respiratórios graves sobem 254% e pressionam atendimento pediátrico

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Por Moara Semeghini

Os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) mais do que triplicaram em Campinas entre janeiro e maio deste ano, em meio à sazonalidade das doenças respiratórias. Dados divulgados pela Rede Mário Gatti mostram que os registros passaram de 57 em janeiro para 202 em maio, uma alta de 254,4% no período.

O aumento da demanda por atendimento também tem impactado os serviços pediátricos da cidade. Neste domingo (31), pais e responsáveis relataram espera superior a oito horas por atendimento no Hospital Municipal Mário Gattinho. Segundo relatos divulgados inicialmente pela EPTV, crianças com sinto-

mas gripais, vômitos, dores intensas e até vítimas de acidentes aguardaram por atendimento na unidade.

De acordo com a Rede Mário Gatti, somente nos últimos 60 dias o hospital registrou 2.292 atendimentos pediátricos relacionados a sintomas respiratórios leves. A instituição atribui o aumento da procura à circulação sazonal de vírus respiratórios, período em que crianças pequenas figuram entre os grupos mais vulneráveis.

Dados da rede apontam que a população pediátrica concentra a maior parte dos casos de SRAG hospitalizada. Entre janeiro e junho deste ano, foram registrados 352 casos no Mário Gattinho. Cerca de 78% ocorreram em crianças menores de 5 anos, com



Registros passaram de 57 em janeiro para 202 em maio

destaque para os bebês com menos de 1 ano, que responderam por 178 ocorrências.

Do total de pacientes pediátricos internados por SRAG, 27% precisaram de tratamento

em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 11% necessitaram de ventilação mecânica invasiva. Segundo a Rede Mário Gatti, não houve mortes e todos os pacientes evoluíram para cura.

Vacinação ampliada

A Secretaria de Saúde de Campinas ampliou nesta segunda (1º) a vacinação contra a gripe para toda a população a partir de seis meses de idade. As doses estão disponíveis nos 69 centros de saúde e na Igreja Divino Salvador, no Cambuí. Os endereços e horários de atendimento podem ser consultados no site: vacina.campinas.sp.gov.br.

A campanha segue até o final de julho.

Para se vacinar, basta apresentar um documento de identificação com foto e a carteira de vacinação, se tiver. Não é necessário agendamento. Crianças e adolescentes devem estar acompanhados dos pais/responsáveis, ou levar autorização. Vacina protege contra as gripes A e B.

GRANDE CAMPINAS

Divulgação/Prefeitura de Valinhos



Festa homenagem costumes trazidos pelos imigrantes

“Tombo da Polenta” celebra a herança italiana em Valinhos

O Tombo da Polenta reuniu milhares de pessoas no último domingo (31) durante a Festa “Viva La Nostra Gente”, que celebrou os 130 anos de Valinhos. Muito mais do que uma atração gastronômica, o evento é uma celebração das raízes e dos costumes trazidos pelos imigrantes italianos, simbolizando união, trabalho coletivo e convivência familiar. Reconhecido oficialmente como patrimônio cultural imaterial do município desde abril de 2025, o espetáculo é realizado pela Associação Italiana de Valinhos desde 2014. A iniciativa conta com o apoio da Prefeitura, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, e já se consolidou como um dos momentos mais aguardados das festividades populares da cidade, unindo memórias e tradição.

Evento proporcionou porções gratuitas

Nesta edição, foram preparados cerca de 400 quilos de polenta ao molho bolonhesa, cozidos por sete horas em um tacho de 200 quilos. O público, que aguardava ansioso pelo momento principal do toambo, recebeu gratuitamente mais de duas mil porções. Durante o longo preparo, os visitantes também puderam vivenciar a cultura italiana de perto, acompanhando apresentações de músicas típicas, danças tradicionais e a clássica tarantela.

Joel Rodrigues/Agência Brasília



Multas podem variar entre R\$ 1.032 e R\$ 10.321

Paulínia sanciona lei de maus-tratos

Já está em vigor uma lei municipal que responsabiliza pais ou responsáveis legais quando menores de 18 anos praticam maus-tratos contra animais. Eles poderão ser multados entre R\$ 1.032 e R\$ 10.321 (200 a 2.000 unidades fiscais), dependendo da gravidade, e em dobro se houver reincidência. O texto foi apresentado pelo vereador Lucas Barros (DC), aprovado em maio pela Câmara de Paulínia e sancionado pelo prefeito. Segundo o autor, é uma medida necessária para que os familiares se envolvam na causa animal e evitem que condutas violentas fiquem impunes.

Ação busca educar e prevenir

A Lei 4.721/2026 tem caráter não só punitivo, como educativo e preventivo, diz o vereador Lucas Barros. A preocupação ganhou destaque nacionalmente após a morte do cão Orelha, em Florianópolis. A aplicação das multas não exclui a responsabilidade civil e criminal nem a obrigação de custear o tratamento médico do bicho ferido. Os valores arrecadados irão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Enredo de samba

A escola de samba Império de Casa Verde anunciou que Jaguariúna será o tema de seu desfile no Carnaval de 2027. O enredo vai contar a história da cidade e destacar sua ligação com a cultura sertaneja. A homenagem é uma iniciativa da própria agremiação e não envolve o investimento de recursos públicos.

Enredo de samba II

Com o título “Sob o Céu do Interior Brilha o Sonho Caipira: Jaguariúna, a Capital Country do Brasil”, o desfile será desenvolvido pelo carnavalesco Fábio Ricardo. O anúncio ocorreu nos 32 anos da escola. A apresentação no Anhembi levará a identidade do município para milhões de pessoas em 2027.

Prêmio Jornalismo

Estão abertas as inscrições para o 26º Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo, com o tema “Violência de Gênero”. A ação busca valorizar conteúdos que debatam o assunto na Região Metropolitana de Campinas. Profissionais, estudantes e OSCs podem se inscrever de graça até 20 de outubro de 2026 pelo site da FEAC.

Empregos da Saúde

Nesta terça-feira (2), o PAT Valinhos realiza a Feira de Empregos da Saúde, das 9h às 14h, no Centro Cultural Vicente Musselli. São 158 vagas operacionais e de enfermagem para um hospital em Campinas. O processo atende moradores da região, com salários de até R\$ 4.700 e vários benefícios. Veja os cargos no portal da Prefeitura.

Feira Ambiental

A 5ª FEAMA abriu a Semana do Meio Ambiente em Americana neste domingo (31), no Centro de Cultura e Lazer. O evento reuniu 100 expositores e promoveu ações de sustentabilidade e conscientização. A feira contou com a presença do prefeito Chico Sardelli e teve atrações musicais, espaço kids e feira de adoção.

Feira Ambiental II

A iniciativa uniu escolas, empresas e entidades em prol do consumo consciente. Durante o evento, Julia Zambom Moro foi nomeada embaixatriz da feira. Também houve a premiação do concurso “A Gestão da Água Através do Tempo”, que mobilizou estudantes e comunidade com mais de mil trabalhos sobre o tema.



Premiação visa estimular a melhoria contínua da assistência

Hospital de Sumaré é o 1º em ranking nacional

Levantamento avaliou a qualidade e a eficiência da gestão de saúde

Da Redação

O Hospital Estadual de Sumaré conquistou o primeiro lugar no ranking dos dez melhores hospitais públicos do Brasil em 2026. O resultado foi anunciado na sede da Organização Pan-Americana da Saúde, em Brasília.

A iniciativa foi realizada pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde, em parceria com a Opas/OMS, Instituto Ética Saúde, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.

Classificação geral

A lista dos dez primeiros colocados segue com o Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (GO) em segundo lugar, o Centro de Referência da Saúde da Mulher (SP) em terceiro, o Hospital de Transplantes do Estado de São Paulo em quarto e o Hospital e Maternidade Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro (MG) na quinta posição.

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo ficou em 6º, seguido pelo Hospital Geral de Itapeçerica da Serra, em 7º, Hospital Estadual de Sapopemba em 8º, o Hospital Municipal Cidade Tiradentes em 9º e Hospital Geral de Itapevi em 10º.

Crerios técnicos

O levantamento iniciou com 5.279 hospitais do SUS, selecio-

nando unidades públicas gerais e especializadas com mais de 50 leitos e atendimento exclusivo pela rede pública. Foram avaliados indicadores de acreditação hospitalar, taxa de mortalidade ajustada, internações de alta complexidade, leitos de UTI, taxa de ocupação e tempo de permanência.

A etapa final mediu a eficiência por meio da metodologia Data Envelopment Analysis, além de critérios de compliance e satisfação.

A pesquisa de satisfação dos pacientes foi conduzida pelo Instituto DataSenado por meio de entrevistas telefônicas com pessoas que receberam alta em novembro de 2025.

Nesse quesito, o Hospital Regional de Piracicaba obteve o primeiro lugar, seguido pelo Hospital Universitário Walter Cantídio (CE), Hospital de Transplantes do Estado de São Paulo, Hospital Universitário Oswaldo Cruz (PE) e Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes (ES).

O Instituto do Câncer do Estado de SP obteve a 6ª posição na avaliação dos usuários, seguido pelo Hospital Estadual Hospital Municipal da Vila Santa Catarina e Hospital Regional da Costa Leste Magid Thomé (MS).

De acordo com as informações, a premiação visa estimular a melhoria contínua da assistência e disseminar boas práticas de gestão no SUS.

Café do Circuito das Águas conquista certificação do INPI

Registro valida a qualidade, procedência e identidade dos grãos

Reprodução/Sebrae-SP

A região do Circuito das Águas Paulista alcançou uma conquista histórica para a cafeicultura de seu território com a obtenção da Indicação Geográfica (IG). O registro foi concedido oficialmente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), validando a qualidade, a procedência e a identidade dos cafés produzidos em uma área que abrange os municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro.

Essa certificação abrange tanto o café em grão cru quanto o produto industrializado, seja na condição de torra em grão ou torrado e moído.



Indicação Geográfica funciona como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável

Trabalho integrado

O processo para a conquista desse reconhecimento teve início no ano de 2015, resultado de um trabalho conjunto entre diversas entidades. A parceria envolveu o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), os Sindicatos Rurais das cidades participantes e a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Também integraram os esforços o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Assistência

Técnica Integral (CATI), e a Associação dos Produtores de Cafés Especiais do Circuito das Águas Paulista (ACECAP).

Mercado

A Indicação Geográfica atua como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a manutenção das tradições culturais da região, cujo histórico está ligado ao período de colonização paulista.

Conforme dados do INPI, a certificação tem potencial para elevar o valor de mercado de um produto em até 50%, pois estabelece um vínculo comercial e afetivo com a região de origem.

Diante desse impacto, o Sebrae-SP é responsável pelo aporte financeiro em 12 das 15 Indicações Geográficas existentes no Estado de São Paulo. A certificação protege a área produtora, atesta a autenticidade e profissionaliza a atividade dos cafeicultores locais.

Valorização

Com o novo registro, os cafés produzidos no Circuito das Águas Paulista passam a fazer parte de um grupo selecionado de produtos reconhecidos nacionalmente.

A presença do selo da IG nas embalagens oferece ao con-

sumidor final uma garantia de procedência monitorada. O selo comprova que o lote de café passou por fiscalizações e cumpriu integralmente as normas estabelecidas no caderno de indicação da região.

Entre as exigências asseguradas pelo selo estão a sustentabilidade na produção, a utilização exclusiva de defensivos agrícolas que não causam danos à saúde humana ou ao meio ambiente, além do respeito total às leis trabalhistas, com a proibição rigorosa de práticas de trabalho análogo à escravidão e do uso de mão de obra infantil em todas as etapas de cultivo.

Hortolândia prorroga a campanha de vacinação contra gripe até o fim do mês

Divulgação/Prefeitura de Hortolândia

Hortolândia decidiu prorrogar a campanha de imunização contra a gripe em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município até o dia 30 de junho. A medida, que passou a valer ontem, segunda-feira (1), segue as orientações do Ministério da Saúde e foi motivada pela baixa cobertura vacinal registrada ao longo do ano. O município havia iniciado a mobilização no dia 28/03 e, recentemente, no dia 26/05, já tinha expandido o acesso à vacina para toda a população em geral. Com o objetivo de facilitar o acesso para quem trabalha, sete unidades de saúde mantêm suas salas de vacinação abertas em horário estendido durante os dias da semana.

Como estratégia para elevar a proteção entre os grupos priori-



Sete UBSs manterão suas salas abertas em horário estendido

tários — compostos por gestantes, idosos com 60 anos ou mais e crianças menores de seis anos — a Secretaria de Saúde organizou um plantão de vacinação no sábado (30) nas UBSs Amanda II e Dom Bruno Gamberini. A

ação resultou na aplicação de 970 doses da vacina. A equipe de enfermagem do Programa de Imunização local considerou a movimentação positiva, mas reforça o alerta para que o público-alvo aproveite o novo prazo

para se proteger antes do início do inverno, que começa no dia 21 de junho.

Ações nas escolas

Além da extensão do prazo nas unidades de saúde, a Prefeitura inicia neste mês uma mobilização nas escolas da rede municipal para vacinar os alunos do Ensino Fundamental. Essa iniciativa busca ampliar a quantidade de crianças imunizadas na cidade, que conta atualmente com 13.672 estudantes matriculados nessa etapa, conforme dados da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia.

Paralelamente, o atendimento voltado aos alunos da Educação Infantil da rede municipal foi finalizado na última sexta-feira (29).

Americana registra alta em doenças respiratórias

O início do período de sazonalidade das doenças respiratórias, marcado pela proximidade dos meses frios, gerou um aumento expressivo na procura por atendimento no Pronto-Socorro Infantil do Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, em Americana. Segundo as informações, o crescimento da circulação de vírus causou o aumento de consultas e de internações em leitos de enfermaria e de UTI Pediátrica.

Os quadros mais frequentes na unidade incluem resfriados, gripe, influências, bronquiolite, crises de asma e pneumonias. A faixa etária que exige cuidados redobrados compreende os bebês e crianças menores de 2 anos.

Expansão da vacina

A baixa adesão à vacinação contra a gripe preocupa os profissionais de saúde, pois os quadros gripais podem evoluir para formas graves. Diante disso, a Prefeitura de Americana ampliou a imunização para toda a população acima de 6 meses de idade. O serviço está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, sendo que as unidades da Praia Azul, São Vito e Mathiensen funcionam em horário estendido até as 20h. É obrigatório apresentar documento com foto, CPF ou Cartão SUS, além da caderneta de vacinação das crianças.

Imunizantes

Além da vacina da influenza, o SUS disponibiliza o imunizante contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) para gestantes a partir de 28 semanas de gestação e o nirsevimabe para prematuros com até 6 meses e grupos com comorbidades. As medidas diárias de prevenção incluem higienizar as mãos e brinquedos, ventilar ambientes, fazer higiene nasal com soro, cobrir nariz e boca ao tossir ou espirrar, evitar contato com doentes, fumaça de cigarro e aglomerações, além de manter boa alimentação e hidratação.

Orientações

O Hospital Municipal orienta que atendimento médico imediato deve ser buscado se houver respiração rápida ou com esforço, chiado intenso, febre persistente, recusa alimentar, sonolência excessiva, lábios ou extremidades arroxeadas e piora geral.

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/Governo de SP



Obra amplia a segurança e a logística na região

Duplicação da SP-294 recebe R\$ 407 milhões no Oeste

Com investimento de R\$ 407 milhões, seguem em andamento as obras de duplicação da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294) entre Parapuã e Flórida Paulista, no Oeste de SP. Iniciadas em abril, as intervenções abrangem cerca de 47 quilômetros e têm previsão de conclusão em aproximadamente dois anos. Além da construção de uma nova pista, o projeto inclui viadutos, adequação de acessos urbanos e contornos rodoviários. A modernização beneficiará diretamente os municípios de Parapuã, Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, Lucélia, Adamantina e Flórida Paulista. A obra integra um programa maior de duplicação de 191 quilômetros da SP-294, entre Pompeia e Panorama.

Interior de SP libera vacina da gripe

Moradores de todas as cidades do interior paulista já podem receber a vacina contra a gripe. A imunização foi ampliada para toda a população acima de 6 meses de idade nos 645 municípios do estado. A medida busca reforçar a proteção contra os vírus influenza e reduzir internações por doenças respiratórias. Em 2026, mais de 5,6 mi de doses já foram aplicadas em São Paulo. A orientação é que grupos mais vulneráveis procurem a vacinação.

Divulgação



Cadastro para atendimento nas férias abre dia 3

Ribeirão abre cadastro para férias

Pais e responsáveis poderão inscrever crianças da Educação Infantil para o atendimento durante o recesso escolar de julho em Ribeirão Preto. O cadastro ficará disponível entre os dias 3 e 17 de junho, pelo portal da Educação ou diretamente na unidade onde o aluno está matriculado. As atividades ocorrerão de 8 a 20 de julho em 22 escolas polo da cidade, com propostas recreativas, convivência e brincadeiras. Na última edição, realizada em janeiro de 2026, foram registradas 4.837 inscrições.

CDHU atende em Peruíbe

A unidade itinerante da CDHU segue em atendimento em Peruíbe até esta quarta-feira (3), oferecendo serviços gratuitos a mutuários das 10h às 17h na prefeitura municipal. No local, é possível emitir boletos, negociar débitos, solicitar transferência de titularidade, revisar prestações e receber orientação jurídica. A ação dispensa agendamento e busca facilitar o acesso aos serviços da Companhia.

Poço volta

O abastecimento de água nos bairros Ipiranga e parte dos Campos Elíseos começou a ser normalizado após a conclusão antecipada das obras emergenciais no poço Bambas, em Ribeirão Preto. A intervenção, que deveria durar sete dias, foi finalizada no sábado (30) graças a uma força-tarefa 24 horas.

Armas encontradas

Uma fiscalização da Polícia Militar Rodoviária realizada no domingo (31) resultou na apreensão de 33 pistolas escondidas em um compartimento secreto de um carro na Rodovia Castello Branco, em Porto Feliz. Também, foram localizados 43 carregadores. O motorista, foi levado à PF em Sorocaba.

Corpus Christi

Municípios do interior paulista se preparam para as celebrações de Corpus Christi, em 4 de junho. Apiaí, Itaporanga, Itararé e Ibiúna terão missas, procissões e a tradicional confecção de tapetes coloridos feitos por voluntários. As festividades unem fé, cultura e tradição, fortalecendo a economia local.

Audiência da LOA

Moradores das regiões de Campinas, Piracicaba e Jundiá poderão participar nesta terça-feira (2), às 14h, da audiência pública virtual da LOA 2027. O encontro promovido pelo Governo de SP receberá sugestões para áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura, contribuindo para a elaboração do orçamento estadual.

Debate continua

A população das regiões de Barretos, Ribeirão Preto e Franca participa nesta terça-feira (2), às 10h, da audiência pública da LOA 2027. Realizado de forma virtual, o encontro permite que cidadãos e entidades apresentem propostas para investimentos e projetos que possam beneficiar os municípios.

Natureza em foco

A exposição "Expressões da Natureza" chega a Jundiá com imagens que destacam a fauna e detalhes da vida selvagem. A mostra poderá ser visitada gratuitamente entre os dias 3 e 9 de junho na Câmara Municipal e de 11 a 21 de junho no Espaço Expressa. A iniciativa é promovida pela Fundação Serra do Japi,



"Grupão" do bairro Artemis é entregue restaurado após 30 anos

Escola em Piracicaba reabre com 280 vagas

Unidade abandonada há décadas recebe investimento de R\$ 5 mi

Da Redação

A manhã de sábado, 30/05, foi de festa no bairro Artemis, em Piracicaba. A Prefeitura entregou oficialmente a Escola Municipal Kazue Otsubo (Kazé), antiga unidade comunitária que permaneceu desativada por três décadas e foi totalmente restaurada para abrigar uma nova unidade de Educação Infantil. O investimento chegou a R\$ 5 milhões e a escola já está em funcionamento desde quinta-feira, 28/05, oferecendo 280 vagas distribuídas nos períodos da manhã e da tarde para crianças do bairro e região.

A cerimônia reuniu o prefeito Helinho Zanatta, a secretária de Educação, Juliana Vicentin, o deputado estadual Alex Madureira, além de vereadores, secretários, alunos e familiares. A programação incluiu homenagens, apresentações de dança dos estudantes e o plantio simbólico de uma árvore. Na entrada, o palhaço Sossego recepcionava crianças e famílias, contribuindo para o clima festivo da ocasião.

Patrimônio preservado

Conhecido como "Grupão", o imóvel é tombado pelo Codepac e a intervenção seguiu rigorosamente as normas de preservação patrimonial. Com 1.110 metros quadrados distribuídos em três blocos, a escola conta com setor administrativo, refeitório, sete salas de aula, climatização, aces-

sibilidade, sistema de combate a incêndios, monitoramento 24 horas e área externa com playground e espaço de convivência.

O prefeito destacou a recuperação do prédio. "A recuperação deste prédio foi resultado de um trabalho conjunto entre diversas secretarias que acreditam na construção de uma Piracicaba melhor e mais desenvolvida. Quando investimos em educação, estamos investindo no futuro das nossas crianças e da nossa cidade".

Sonho antigo

Para a secretária Juliana Vicentin, a reabertura atende a uma reivindicação histórica dos moradores. "A recuperação desta escola era um desejo antigo da comunidade. Foi um trabalho desafiador, que exigiu preservar a história do prédio e, ao mesmo tempo, adequá-lo às necessidades da educação atual", disse.

Nascido no bairro, o deputado Alex Madureira celebrou a entrega com emoção: "Ver esta escola completamente restaurada, preservando sua importância histórica, é motivo de grande orgulho. Estamos entregando à população um espaço que une tradição, memória e inovação."

A aprovação veio também das famílias. "A escola ficou muito linda. Os ambientes são amplos e oferecem mais conforto para as crianças. Meu filho está adorando", relatou Talita Costa, mãe de Lucca, de quatro anos.

CORREIO PAULISTA

Rodrigo Costa/Alesp



Sessão ainda discutiu a greve dos servidores de Taubaté

Deputados paulistas debatem segurança e serviços públicos

Parlamentares da Assembleia Legislativa discutiram, nesta segunda-feira (1º), temas relacionados à segurança pública, direitos das mulheres e gestão de serviços públicos durante a 71ª Sessão Ordinária de 2026. Entre os assuntos abordados esteve o funcionamento ininterrupto das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), apontado como medida de fortalecimento das políticas de combate à violência de gênero. Também foram debatidas a greve dos servidores municipais de Taubaté, licitações da Prefeitura de São Paulo, o atendimento em creches conveniadas e questões ligadas ao registro de ponto de professores. Outro tema que repercutiu na tribuna foi a decisão dos Estados Unidos de classificar as facções PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas.

Prazo do Enem termina na sexta-feira

Estudantes da 3ª série do Ensino Médio têm até sexta-feira, dia 5 de junho, para confirmar a inscrição no Enem 2026. Neste ano, o cadastro dos alunos da rede pública foi realizado automaticamente, mas é necessário acessar a Página do Participante para confirmar dados, escolher o local de prova, a língua estrangeira e solicitar recursos de acessibilidade, se necessário. As provas serão aplicadas nos dias 8 e 15 de novembro.

Bruna Sampaio/Alesp



Leticia Feres recebeu o Colar de Honra ao Mérito

Alesp homenageia chefe do MPC-SP

A Assembleia Legislativa de São Paulo homenageou, nesta segunda-feira (1º), a procuradora-geral do Ministério Público de Contas de São Paulo (MPC-SP), Leticia Formoso Delsin Matuck Feres, com a entrega do Colar de Honra ao Mérito. Primeira mulher a chefiar a instituição em seus 16 anos de existência, ela recebeu a homenagem em cerimônia presidida pelo deputado Rafa Zimbaldi (União). Durante o evento, autoridades destacaram sua atuação em defesa da transparência, da governança pública e da correta aplicação dos recursos públicos no Estado.

Atualização de rebanhos vai até dia 14

Produtores rurais têm até 14 de junho para atualizar os dados de seus rebanhos junto à Defesa Agropecuária, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A declaração inclui bovinos, bubalinos, equinos, suínos, ovinos, aves, peixes, colmeias e outras espécies. Segundo o órgão, 55% dos rebanhos já foram cadastrados. A não atualização pode resultar em restrições para movimentação de animais.

Audiência pública

Em audiência pública na Alesp, entidades de servidores aposentados defenderam a devolução de valores descontados de benefícios previdenciários entre 2020 e 2021 e o fim definitivo da cobrança sobre aposentadorias e pensões. O debate também abordou reajuste salarial, pagamento de precatórios, financiamento do lamspe e propostas.

Espaço Frateschi

A Assembleia Legislativa renomeou o antigo Espaço V Centenário para Espaço Deputado Paulo Frateschi V Centenário. A homenagem ao ex-deputado estadual e fundador do PT, falecido em 2025, foi oficializada nesta segunda-feira (1º). A cerimônia reuniu parlamentares, familiares e representantes de entidades sindicais e políticas.

Livro sobre união

A Alesp sediou o lançamento do livro Mensagens Sobre a Unidade do Corpo de Cristo, do pastor José Carlos Marion. O evento, promovido pelo deputado Rodrigo Moraes (PL), reuniu lideranças religiosas e parlamentares para discutir o diálogo entre diferentes denominações cristãs e a promoção da convivência entre igrejas.

Fórum da inclusão

A Escola Paulista da Magistratura realizou o 1º Fórum Paulista de Juizes e Juizas Estaduais pela Diversidade e Inclusão. O evento reuniu magistrados, especialistas e representantes de instituições para debater direitos humanos e diversidade. Durante o encontro, o Tribunal de Justiça informou que trabalha na criação de uma coordenadoria voltada ao tema.

Destino solidário

As doações da Campanha do Agasalho 2026 são distribuídas pelo Fundo Social de São Paulo a entidades assistenciais, municípios e ações emergenciais. Os itens arrecadados passam por triagem antes da entrega. A campanha conta com 642 pontos de coleta em todo o estado e 244 unidades do Poupatempo.

PM abre concurso

A Polícia Militar de São Paulo abriu as inscrições para concurso com 200 vagas de aluno-oficial. Os interessados podem se inscrever até 15 de julho pelo site da Vunesp. As provas estão previstas para 16 de agosto. O curso de formação será realizado na Academia do Barro Branco, na capital, e a remuneração inicial é de R\$ 5.460,65.



Neste ano, o estado já aplicou mais de 5,6 milhões de doses

Vacinação contra gripe é ampliada para a população

Imunizante passa a ser oferecido para pessoas acima de seis meses

Por Ana Laura Gonzalez

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) ampliou a campanha de vacinação contra a gripe e passou a disponibilizar o imunizante para toda a população acima de seis meses de idade nos 645 municípios paulistas. A medida busca aumentar a cobertura vacinal e reforçar a proteção contra os vírus influenza, especialmente durante o período de maior circulação de doenças respiratórias.

A ampliação ocorre em um momento de atenção às síndromes respiratórias, que costumam registrar aumento de casos nos meses mais frios do ano. Segundo a pasta, a vacinação é uma das principais estratégias para reduzir o número de infecções, evitar complicações decorrentes da doença e diminuir a demanda por atendimentos e internações na rede de saúde.

De acordo com dados da Secretaria da Saúde, mais de 5,6 milhões de doses já foram aplicadas no estado desde o início da campanha deste ano. O acompanhamento da cobertura vacinal é realizado por meio do Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde, que mantém atualizados os números referentes às aplicações nos municípios paulistas.

A diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), Tatiana Lang, destacou que a ampliação tem como objetivo facilitar o acesso da população à imunização e fortalecer a proteção coletiva. Segundo ela, a participação dos mo-

doadores é fundamental para reduzir os impactos causados pelas doenças respiratórias e preservar a capacidade de atendimento dos serviços de saúde.

Apesar da liberação da vacina para toda a população, a Secretaria reforça a importância da imunização dos grupos considerados prioritários. Fazem parte desse público gestantes, puérperas, idosos, crianças menores de seis anos e pessoas com comorbidades ou condições clínicas especiais, como doenças cardiorrespiratórias, diabetes e obesidade mórbida. Esses grupos apresentam maior risco de desenvolver formas graves da gripe e complicações associadas à infecção.

Além da vacinação, especialistas recomendam a adoção de medidas preventivas para reduzir a circulação dos vírus respiratórios. Entre as orientações estão a higienização frequente das mãos, a manutenção de ambientes ventilados, a ingestão adequada de água, a adoção de alimentação equilibrada e a conservação dos espaços domésticos limpos e livres de poeira e mofo.

A Secretaria também disponibiliza à população a plataforma "Vacina 100 Dúvidas", criada para esclarecer questões relacionadas à imunização. O portal reúne informações sobre eficácia das vacinas, possíveis efeitos adversos, doenças preveníveis e os riscos associados à não vacinação.

A vacina contra a gripe está disponível gratuitamente nas unidades de saúde dos municípios paulistas.

Assembleia debate integração do transporte metropolitano

Seminário reúne especialistas, parlamentares e representantes da sociedade civil

A criação de um sistema integrado de transporte público para a Região Metropolitana de São Paulo esteve no centro dos debates de um seminário realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O encontro reuniu especialistas, representantes políticos e integrantes da sociedade civil para discutir alternativas que ampliem a integração entre ônibus municipais, linhas metropolitanas, trens e metrô, beneficiando milhões de usuários que circulam diariamente entre os 39 municípios da região.

Promovido pelo deputado estadual Maurici (PT), o evento destacou desafios enfrentados pelos passageiros que dependem de diferentes meios de transporte para trabalhar, estudar ou acessar serviços públicos. Entre os principais temas discutidos estiveram a adoção de tarifas integradas, a modernização dos sistemas de bilhetagem e a construção de um modelo metropolitano capaz de reduzir custos e tornar os deslocamentos mais eficientes.

Durante o seminário, Maurici afirmou que o atual sistema impõe gastos elevados aos usuários que precisam combinar diferentes modais ao longo do trajeto. Segundo ele, a ausência de integração tarifária entre municípios e operadores acaba aumentando o custo das viagens e dificultando o acesso da população ao transporte coletivo.

O parlamentar observou que a situação é ainda mais complexa para moradores de cidades perifé-



Patricia Domingos/Alesp

Evento na Assembleia Legislativa foi promovido pelo deputado estadual Maurici (PT)

ricas da região metropolitana, que frequentemente precisam utilizar mais de uma linha ou modal para chegar ao destino. Em muitos casos, cada etapa da viagem exige o pagamento de uma nova tarifa, o que eleva significativamente as despesas de deslocamento.

Além do impacto financeiro, o deputado ressaltou que a falta de integração pode resultar em trajetos

mais longos e desgastantes. Segundo ele, muitos usuários optam por percorrer grandes distâncias a pé para evitar custos adicionais com novas passagens.

A discussão também abordou os reflexos do transporte público na qualidade de vida da população. Para Maurici, um sistema metropolitano integrado contribuiria para reduzir o tempo gasto nos desloca-

mentos diários, além de ampliar o acesso a oportunidades de trabalho, educação, lazer e convivência social.

O parlamentar defendeu a implementação de um modelo que permita ao usuário utilizar diferentes modais por meio de um único bilhete, facilitando a mobilidade entre cidades da região. Na avaliação dele, a medida também poderia contribuir para a diminuição do uso excessivo

de veículos particulares, reduzindo congestionamentos, acidentes de trânsito e impactos ambientais.

Representantes de movimentos sociais e coletivos ligados à mobilidade urbana reforçaram a necessidade de avanços na integração do sistema. Matheus Oliveira, integrante do mandato coletivo JuntOz, de Osasco, destacou que a população das periferias enfrenta maiores dificuldades devido à oferta limitada de transporte em determinados bairros.

Segundo ele, a deficiência do serviço tem levado parte dos moradores a recorrer a alternativas como motocicletas por aplicativo. Embora apresentem menor tempo de espera, esses serviços, afirmou, envolvem riscos maiores e acabam sendo escolhidos por falta de opções adequadas de transporte coletivo.

Outro tema discutido foi a modernização tecnológica dos sistemas de pagamento. O cofundador da empresa especializada em bilhetagem OnBoard, Luiz Renato Mattos, apresentou modelos que poderiam facilitar a integração entre operadores e municípios.

Uma das propostas envolve a adoção de sistemas baseados em contas digitais vinculadas ao usuário. Nesse formato, os créditos ficam centralizados em uma única conta, independentemente do cartão ou dispositivo utilizado para acessar o transporte. Segundo Mattos, a tecnologia amplia a segurança das operações e facilita a interoperabilidade entre diferentes redes.

Tarcísio reafirma apoio a Flávio nas eleições de 2026

Paulo Guereta/Governo do Estado de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reafirmou nesta segunda-feira (1º) seu apoio à pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República em 2026. Durante entrevista ao programa Pânico, da Jovem Pan, Tarcísio afirmou que seguirá a orientação do ex-presidente Jair Bolsonaro e descartou a possibilidade de apoiar uma candidatura de terceira via.

Segundo o governador, sua posição já havia sido definida anteriormente e está vinculada à liderança política exercida por Bolsonaro no campo da direita. "Meu candidato vai ser o Bolsonaro ou quem o Bolsonaro indicar. O Bolsonaro indicou o Flávio, então meu candidato é o Flávio", afirmou.

Tarcísio também avaliou que o cenário político nacional permanece fortemente polarizado, o que, em sua visão, reduz as chances de candidaturas alternativas ganharem com-

petitividade na corrida ao Palácio do Planalto. Para ele, a disputa tende a se concentrar entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador fluminense.

Ao comentar a possibilidade de surgimento de uma terceira via, o governador citou os ex-governadores Ronaldo Caiado e Romeu Zema como lideranças regionais relevantes, mas avaliou que elas enfrentam dificuldades para se consolidar nacionalmente em razão do ambiente político polarizado. Apesar disso, elogiou a gestão de ambos nos respectivos estados.

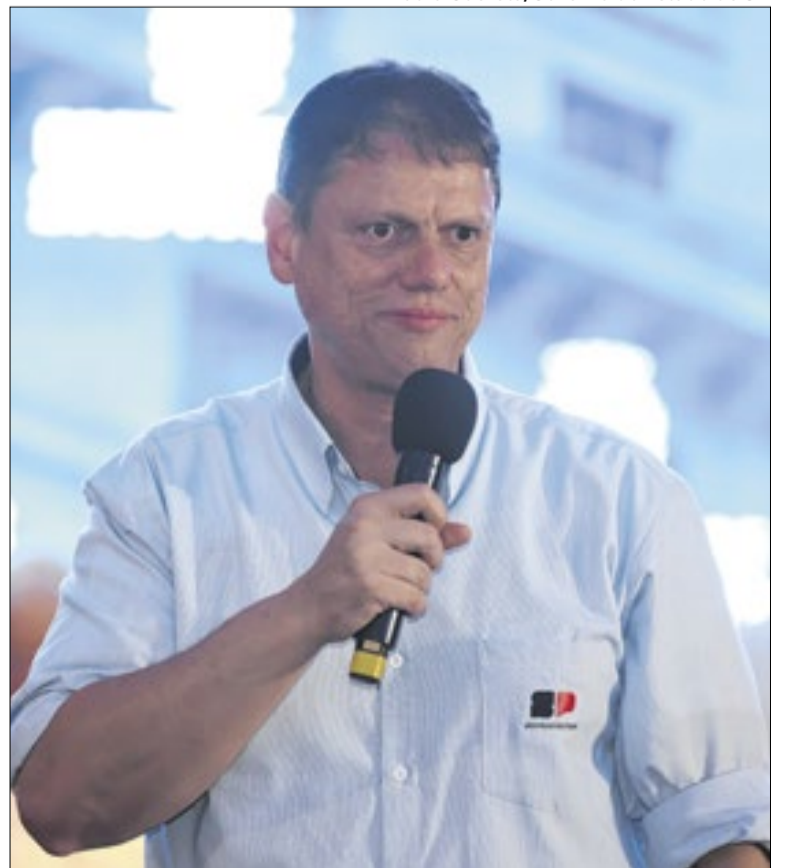
A declaração reforça posicionamentos anteriores de Tarcísio. Em janeiro, o governador já havia descartado concorrer à Presidência da República, afirmando que sua prioridade é a administração paulista e uma eventual tentativa de reeleição ao governo estadual.

As manifestações ocorrem poucos dias após um episódio de

tensão envolvendo o senador Flávio Bolsonaro. Recentemente, Tarcísio cobrou explicações públicas sobre a relação do parlamentar com o banqueiro Daniel Vercaro, alvo de investigações relacionadas a supostas fraudes financeiras envolvendo o Banco Master.

Segundo informações divulgadas pela imprensa, a Polícia Federal deverá apurar se Flávio esteve com Vercaro para tratar de recursos destinados à produção do filme "Dark Horse", cinebiografia de Jair Bolsonaro. Na ocasião, o governador afirmou que o caso exige esclarecimentos e que a repercussão das investigações gera preocupação na sociedade.

Apesar das cobranças, Tarcísio negou qualquer rompimento político com o senador e manteve o apoio à sua pré-candidatura. A manifestação pública do governador é vista como um sinal de alinhamento ao grupo bolsonarista para a disputa.



Governador avalia que o cenário político continua polarizado

CORREIO PAULISTANO

Fabio Jr. | CMSP



Acordo teve presença de Ricardo Teixeira (UNIÃO)

Câmara Municipal firma convênio com a Defensoria

A Câmara Municipal de São Paulo assinou um convênio com a Defensoria Pública do Estado para instalar um posto de atendimento jurídico gratuito dentro da sede do Legislativo paulistano. A iniciativa prevê a oferta de orientação jurídica à população de baixa renda, além da realização de palestras, cursos e ações de educação em direitos. Segundo as instituições, o objetivo é ampliar o acesso da população aos serviços de assistência jurídica e facilitar o encaminhamento de demandas apresentadas por moradores aos gabinetes parlamentares. O posto funcionará no primeiro andar da Câmara, de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h, embora a data de início dos atendimentos ainda não tenha sido divulgada.

Orientação jurídica à população

A Defensoria Pública presta assistência jurídica gratuita a pessoas que não têm condições de arcar com os custos de um advogado, atuando em orientações, ações judiciais, mediações e conciliações. A instituição também desenvolve atividades voltadas à promoção de direitos e cidadania. O acordo foi formalizado na última semana com a participação de representantes da Câmara Municipal e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Divulgação/Governo de SP



Relatório de autoria foi enviado à Câmara na segunda(1º)

TCM faz alertas à Prefeitura sobre LDO

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) recomendou uma série de aperfeiçoamentos à Prefeitura durante a análise do Projeto de Lei nº 299/2026, que estabelece as diretrizes para elaboração do orçamento municipal de 2027. As recomendações constam em relatório de auditoria realizado entre 15 de abril e 22 de maio deste ano e encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal nesta segunda-feira (1º). Entre os principais apontamentos estão a criação de ferramentas digitais para ampliar a participação popular.

Tribunal quer mais participação popular

O povo poderia ajudar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na efetiva implantação do Conselho de Representantes e na adoção de critérios para quantificar riscos de frustração de receitas. O órgão também recomendou maior transparência sobre despesas contingenciadas em caso de queda na arrecadação e sugeriu que os limites para abertura de créditos na LOA.

Metrô I

Quem mora nas regiões que serão atendidas pela linha 6-Laranja do Metrô, pode passar a utilizá-la antes do esperado. O Governador de SP, Tarcísio de Freitas, disse nesta segunda-feira (1) em entrevista para o programa Pânico na Jovem Pan, que o trecho inicial será de Perdizes até a estação João Paulo I.

Metrô II

Isso significa que serão seis estações liberadas nas próximas semanas, no total abertas nesta primeira etapa, sendo elas Perdizes, SES-C-Pompéia, Água Branca, Santa Marina, Freguesia do Ó e João Paulo I. Essa última tem previsto um terminal de ônibus integrado, com conexão com outras linhas.

Propriedade

A Prefeitura de SP entregou no último sábado (30) 3.377 títulos definitivos de propriedade a moradores de Heliópolis, na Zona Sul. A ação faz parte do programa Escritura na Mão e ocorreu durante a Semana Solo Seguro Favela e Comunidades 2026, voltada à regularização fundiária e segurança jurídica para famílias.

Residências

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB) entregou, nesta segunda-feira (1º), 131 unidades habitacionais no bairro de Campos Elíseos, na região central. O condomínio recebeu investimento de R\$ 26,1 milhões e tem uma única torre de 16 andares, com apartamentos de 47m² a 48m². O local tem área de lazer coberta e quadra de areia.

Monumentos

São Paulo terá iluminação especial em verde e amarelo durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026. A ação da Prefeitura, coordenada pela SP Regula, vai iluminar pontos turísticos e espaços públicos, como o Edifício Matarazzo, o Viaduto do Chá, o Obelisco do Ibirapuera e a Ponte Estaiada.

Influenciadora

A influenciadora e artista americana Jerry Gogosian, de 40 anos, foi encontrada morta em um quarto do hotel Rosewood São Paulo, na capital paulista. O caso ocorreu no domingo (31) e foi confirmado pelo hotel, que afirmou colaborar com as autoridades. As causas da morte da influenciadora serão investigadas.



Debate será conduzido pela CCJ do legislativo paulistano

Vereadores falam de mudanças em regras do Psiu

Audiência pública vai debater fiscalização de ruídos e punições

Da Redação

A Câmara Municipal de São Paulo realiza nesta terça-feira (2) uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) 403/2026, que propõe alterações nas regras de fiscalização da perturbação do sossego e do controle de ruídos na capital paulista.

O debate será conduzido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) e integra a tramitação da proposta enviada pela Prefeitura à Câmara. O projeto altera dispositivos da Lei de Zoneamento (Lei nº 16.402/2016) e da legislação que trata do funcionamento de atividades exercidas por microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o texto em análise, a intenção é modificar procedimentos relacionados à fiscalização de poluição sonora e à aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas municipais. A proposta prevê mudanças em regras que envolvem estabelecimentos comerciais, imóveis residenciais e obras da construção civil.

Entre os pontos incluídos no projeto apresentado está a criação de mecanismos para que a primeira atuação dos agentes de fiscalização tenha caráter orientador em determinadas situações. O texto também estabelece parâmetros específicos para ruídos produzidos por obras e amplia o alcance das normas de controle sonoro para ocorrências registradas em imóveis residenciais.

A proposta ainda prevê situações excepcionais envolvendo instituições de ensino, considerando a natureza dos serviços prestados. De acordo com a justificativa encaminhada pelo Executivo, as alterações buscam tornar mais claros os procedimentos de fiscalização e adequar a aplicação de sanções.

O tema já vinha sendo discutido em outras comissões da Câmara Municipal ao longo deste ano. No mês de março, a Comissão de Política Urbana analisou projetos relacionados à perturbação do sossego e às regras de reincidência para infrações ligadas ao excesso de ruído.

A audiência desta terça (2) faz parte das etapas de participação pública previstas durante a tramitação do projeto. Moradores, representantes de entidades e demais interessados poderão acompanhar a discussão presencialmente ou por canais digitais disponibilizados pela Câmara. As contribuições apresentadas durante o debate poderão ser consideradas pelos vereadores antes da votação da proposta em plenário.

Após a realização das audiências públicas e da análise pelas comissões temáticas da Câmara, o projeto seguirá para apreciação dos vereadores. Para entrar em vigor, a proposta apresentada ainda precisará ser aprovada pelo Legislativo municipal e sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Câmara Municipal de Santo André



A cidade já arrecadou R\$1,846 bilhão neste período

Apresentado o orçamento de Santo André no quadrimestre

A Câmara Municipal de Santo André realizou uma audiência pública para a apresentação da execução orçamentária do primeiro quadrimestre de 2026. A reunião foi composta pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Bahia (PSDB), e teve como objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do período. De acordo com os números divulgados, a receita orçada para 2026 é de R\$ 5,657 bilhões, sendo que R\$ 1,846 bilhão já foi arrecadado neste primeiro quadrimestre, correspondendo a 33% do total previsto. Entre as principais fontes de arrecadação, a receita tributária representou 47% do montante arrecadado, enquanto as transferências correntes corresponderam a 34%.

Dados sobre as despesas

Em relação às despesas, 38% do orçamento anual já havia sido empenhado e 25% liquidado. A apresentação também mostrou que a cidade registrou um resultado primário positivo de R\$ 205 milhões. Já o resultado nominal, apurado pelo critério de comparação da dívida consolidada, apontou redução de R\$ 405 milhões no estoque da dívida municipal. Os dados apontaram que o endividamento do município está abaixo do limite legal.

Divulgação/Câmara Municipal de Osasco



Projeto busca proteger menores da sexualização precoce

Proteção de menores em Osasco

A Câmara Municipal de Osasco aprovou um projeto que veda a exposição de crianças e adolescentes em atividades que contribuam para a sexualização precoce. Proposto pelo vereador Paulo Junior (Solidariedade), o PL 71/2021 proíbe a participação de crianças e adolescentes em atividades que contribuam para a sexualização precoce. Além disso, o texto também prevê medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil. Como foi aprovado em segundo turno, o texto agora segue para sanção do Executivo Municipal.

Outros PLs aprovados

O Plenário também aprovou outros cinco projetos em segundo turno. Três propostas do Executivo autorizam abertura de crédito adicional de R\$ 514,4 mil para o IPMO, Hospital Veterinário Manchinha e Secretaria de Educação. Também foram aprovados projetos sobre o direito à visita religiosa em hospitais e a criação da Campanha de Combate à Esporotricose no município.

Guararema I

Guararema, prorrogou até esta quarta-feira (3), o prazo de inscrições para o Edital de Chamamento Público 02/2026 com recursos da PNAB. Podem participar agentes culturais maiores de 18 anos e com atuação comprovada na cidade há pelo menos dois anos. As inscrições devem ser feitas no site.

Guararema II

O edital prevê a seleção de até 16 projetos culturais, distribuídos entre propostas de pequeno, médio e grande porte. R\$120 mil serão destinados para três projetos de grande porte. Outros R\$100 mil direcionados a cinco projetos de médio porte. Já os projetos de pequeno porte contarão com R\$ 40 mil no total.

Barueri I

As repartições públicas municipais de Barueri vão fechar durante o feriado prolongado. O expediente será retomado na segunda-feira, 8 de junho. Ao longo do feriado, equipamentos como as Unidades Básicas de Saúde, Ganha Tempo, Centro de Diagnósticos e Centro de Especialidades não farão atendimentos.

Barueri II

Os serviços essenciais seguirão funcionando normalmente, incluindo prontos-socorros, Farmácia Municipal, Guarda Civil Municipal, Defesa Civil e mobilidade urbana. Os parques municipais permanecerão abertos durante o feriado, assim como o Centro de Proteção ao Animal Doméstico (Cepad), que manterá atendimentos e adoções.

Cotia I

Cotia inaugurou o Centro Humanizado de Proteção Social, um espaço que reúne vários serviços sociais em um só lugar. O objetivo é facilitar o acesso da população aos programas de assistência, qualificação profissional e convivência comunitária. Os serviços serão realizados em parcerias com instituições

Cotia II

O novo centro possui atendimentos do CRAS, CREAS e Cadastro Único, além de programas voltados à geração de renda, capacitação profissional, fortalecimento de vínculos familiares e inclusão social. O espaço também abriga atividades culturais, esportivas, de lazer, oficinas e iniciativas para a população.



As obras devem ser concluídas em cerca de 15 meses

Governo de SP investe no turismo do Grande ABC

O Estado investiu cerca de R\$22 milhões em obras na região

Da Redação

O Governo de São Paulo iniciou a revitalização completa da Prainha Riacho Grande, em São Bernardo do Campo, com ações focadas em turismo, lazer e desenvolvimento econômico. O governador Tarcísio de Freitas e o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima, participaram da cerimônia de assinatura da ordem de serviço, autorizando as obras.

Segundo o convênio com o Estado, o projeto conta com investimento de R\$ 22 milhões do Governo de São Paulo e R\$ 6 milhões de recursos municipais. A previsão é que as obras sejam concluídas em cerca de 15 meses.

“O Riacho Grande tem um potencial turístico gigantesco. As pessoas estão vindo de vários locais. É um investimento importante em uma revitalização completa. O objetivo é trazer mais gente para cá, essa região será referência”, disse o governador.

As intervenções têm como objetivo transformar o espaço em um grande e moderno complexo turístico, esportivo e náutico, ampliando as ações de convivência, entretenimento e geração de renda para moradores e visitantes.

Modernização

Entre as melhorias previstas para a região estão a implantação de um pet park, playground, área coberta para realização de eventos, pergolado para convivência,

chafariz interativo, quadra de beach tennis, chuveirão e pontos de hidratação para o público.

Além disso, será construído um complexo náutico, que fortalecerá o turismo do Riacho Grande, criando novas oportunidades para o setor. O projeto integra espaço especializado para lanchas, motos aquáticas, embarque e desembarque de passageiros, pesca e convivência, além de uma rampa de acesso para embarcações aquáticas.

Também será construído um restaurante flutuante, que proporcionará uma experiência diferente aos visitantes. O local vai contar com a vista privilegiada para a Represa Billings.

A infraestrutura de apoio também será ampliada com sanitários públicos acessíveis, prédio administrativo, espaços para armazenamento de materiais, manutenção dos quiosques já existentes e novos pontos focados para a alimentação e serviços.

O projeto de revitalização da Prainha também prevê reforço na segurança, com base do Corpo de Bombeiros, posto da Polícia Militar, base da Guarda Civil Municipal e estrutura para fiscalização das atividades náuticas.

Além disso, o projeto prevê a construção de áreas de estacionamento, ciclovias, paraciclos, piso acessível com rampas e sinalização tátil, e ainda vai contar com espaços exclusivos para a realização do embarque e desembarque de veículos por aplicativo.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Gestão de João Campos entra na mira do TCU por contrato de R\$ 53 milhões na Educação

Marcos Pastich/PCR

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o envio ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) de documentos de uma investigação envolvendo a gestão do prefeito do Recife, João Campos (PSB). A apuração tem origem em uma denúncia segundo a qual cerca de R\$ 53,6 milhões em recursos federais destinados a professores e à educação pública correriam o risco de ser direcionados a escritórios de advocacia privados ligados à prefeitura.

A investigação trata da execução de um Termo de Cooperação Técnica (TCT) firmado entre a Secretaria de Educação do Recife e o Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife. Segundo as partes, o acordo tem como objetivo operacionalizar o pagamento de créditos relacionados aos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

De acordo com a denúncia apresentada ao TCU, há risco de que recursos federais destinados aos professores e à educação pública municipal, estimados preliminarmente em cerca de R\$



TCU envia documentos ao TCE-PE sobre denúncia que envolve a gestão de João Campos

53,6 milhões, “sejam desviados das contas da Prefeitura do Recife para escritórios de advocacia privados com influência política no âmbito da gestão municipal”.

O acesso aos documentos foi solicitado pelo presidente do TCE-PE, Carlos Neves. Segundo despacho assinado pelo ministro do TCU Jhonatan de Jesus, o

material será utilizado para subsidiar uma Auditoria Especial em andamento na corte de contas pernambucana, que analisa o mesmo objeto.

Cooperação entre os tribunais

Ao analisar o pedido, a Unidade de Auditoria Especializada

em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU manifestou-se favoravelmente ao fornecimento das informações. O relator acompanhou o entendimento da área técnica.

“Autoriza o compartilhamento de informações com órgãos que, por dever de ofício, estejam tratando do mesmo

objeto de processo em tramitação nesta Corte. A cooperação entre os Tribunais de Contas é salutar e fortalece o controle externo em benefício da sociedade”, registrou Jhonatan de Jesus na decisão.

O ministro determinou, contudo, que fossem excluídos do material encaminhado os documentos capazes de identificar o denunciante responsável por provocar a apuração. Segundo ele, a medida é necessária para preservar o sigilo da fonte e garantir a efetividade do instituto da denúncia.

A decisão ressalta ainda que o processo principal permanece em fase de instrução e não houve, até o momento, deliberação definitiva do TCU sobre as acusações. O envio das informações não representa conclusão sobre eventual irregularidade, mas permite que o TCE-PE utilize os elementos reunidos pela Corte federal em sua própria auditoria sobre o caso.

Até o momento da publicação desta reportagem, a Prefeitura do Recife não havia se pronunciado sobre o caso. O espaço segue aberto para manifestações.

Moraes nega devolução coletiva de bens apreendidos na investigação da “Abin Paralela”

Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro Alexandre de Moraes (STF) negou um pedido para a devolução coletiva de bens apreendidos durante a investigação sobre o uso do sistema de monitoramento First Mile pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), caso que ficou conhecido como “Abin Paralela”. A decisão foi assinada na última terça-feira (27/5).

O inquérito foi instaurado a partir de apurações sobre o suposto uso irregular de ferramentas de monitoramento durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Entre os investigados estão nomes como Carlos Bolsonaro e o ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL).

O pedido havia sido apresentado pela União Nacional dos Profissionais de Inteligência da Abin (Intelis), entidade que alegou que diversos servidores tiveram equipamentos e outros bens apreendidos ao longo da investigação e que parte desse



Moraes é relator de processo que envolve a Abin

material já teria sido periciada. A associação também pediu acesso aos autos e a anonimização de dados de servidores não investigados.

Ao analisar o caso, Moraes acompanhou manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que se posicionou contra a devolução ampla dos bens. Segundo o ministro, a legislação prevê que itens apreendidos não

podem ser restituídos enquanto ainda interessarem ao processo.

Na decisão, Moraes destacou o entendimento da PGR de que a “liberação irrestrita” dos materiais apreendidos poderia comprometer a continuidade das apurações. Segundo o ministro, “a liberação irrestrita de itens apreendidos oferece risco à instrução criminal, podendo atingir diligências pendentes e, até mesmo, investigações correlatas”.

Por esse motivo, o magistrado concluiu que eventuais pedidos de restituição devem ser apresentados de forma individual pelos interessados e analisados caso a caso.

O ministro também rejeitou o pedido de acesso aos autos, sob o argumento de que a investigação já tramita de forma pública. Por outro lado, determinou que a Secretaria do STF verifique o cumprimento integral de uma decisão anterior que ordenou o anonimato de informações de servidores da Abin que não figuram como investigados.

Paraná lidera investimento em moradias no Brasil

Governo do Paraná lidera os investimentos vinculados ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, segundo os últimos dados divulgados pela Caixa Econômica Federal, que são referentes a 2024. O Casa Fácil Paraná respondeu por 35% de todos os subsídios concedidos por estados brasileiros para a aquisição de casa própria no período: foram destinados R\$ 301 milhões para viabilizar a entrega de 15 mil unidades habitacionais.

O montante superou os investimentos realizados por São Paulo, que aplicou R\$ 246,8 milhões por meio do Casa Paulista, e por Pernambuco, que destinou R\$ 128,7 milhões ao programa Morar Bem.

Voltado a famílias com renda de até quatro salários mínimos, o Casa Fácil Paraná concede até R\$ 20 mil para ajudar no pagamento da entrada do financiamento habitacional. Em casos específicos envolvendo idosos em situação de vulnerabilidade, o benefício pode chegar a R\$ 80 mil.

Os números mantêm uma ten-

dência observada nos anos anteriores. Em 2023, o programa também registrou o maior volume de investimentos entre as iniciativas estaduais de habitação, com R\$ 342,7 milhões destinados a 16.599 famílias, o equivalente a 26% dos subsídios concedidos no país naquele ano.

“O Governo do Paraná é o que mais investiu para que as famílias realizassem o sonho da casa própria. Seguiremos aplicando recursos para garantir que as famílias tenham a dignidade de ter um lar para chamarem de seu”, afirmou o governador Ratinho Junior.

Além do volume de recursos, o programa paranaense também se destaca pelo valor dos benefícios. O subsídio médio para aquisição do primeiro imóvel é de R\$ 20 mil, enquanto programas semelhantes em outros estados operam com valores inferiores. Em São Paulo, por exemplo, o benefício médio é de cerca de R\$ 12 mil por unidade habitacional.

CORREIO POLÍTICO

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

POR
RUDOLFO LAGO

Aécio é principal plano presidencial do PSDB

O ensaio de voo dos tucanos

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG) não aceita e chama de “narrativa”. Mas muitos dizem que a ação que moveu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contestando o resultado da eleição presidencial de 2014, quando perdeu para Dilma Rousseff, foi o ovo da serpente que permitiu o ambiente que gerou a tentativa de golpe em 2022 e 2023. Aécio diz que reconheceu o resultado, que apenas fez alguns questionamentos sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas. Mas o fato é que depois disso o PSDB, que governou o país por oito anos com Fernando Henrique Cardoso, caiu em forte trajetória descendente. E ele junto. Agora, Aécio preside novamente o partido. E tenta outra vez voltar a ser protagonista político.

Aécio tenta nova candidatura

Num primeiro momento, Aécio imaginou um retorno do PSDB ao protagonismo a partir de uma candidatura de Ciro Gomes, que se filiou novamente ao partido em outubro do ano passado. Mas Ciro Gomes preferiu manter sua candidatura ao governo do Ceará, onde, segundo as pesquisas, tem boa chance de ser eleito. Ciro, então, publicou nota na qual apoia que o candidato seja, então, Aécio Neves.

Divulgação



Outsider, Mário Oliveira Filho coloca-se como opção

Engenheiro é outsider no processo

“A profundidade complexa de nossos problemas sociais e econômicos em cenário internacional bastante complicado e ameaçador pedem um projeto nacional de desenvolvimento e este suplica por moderação”, disse Ciro na nota. Padrinho político de Ciro, o ex-presidente do PSDB Tasso Jereissati também se manifestou. O Correio Político foi procurado, porém, por um improvável outsider na pretensão tucana. Suas chances são ínfimas, e ele mesmo reconhece. Mas o engenheiro e advogado Mario Oliveira Filho resolveu se oferecer como alternativa.

Aécio pode ser importante em Minas

Mario Oliveira Filho pondera que Aécio Neves pode ser importante para o projeto do PSDB disputando o Senado por Minas Gerais. Como parece ter ali boa chance de eleição, poderia evitar assim a menos provável eleição presidencial. Assim, o engenheiro e advogado, que há não muito tempo era filiado ao Avante, coloca a sua pretensão.

Prioridade

“A prioridade é Aécio”, disse Mario. “E eu não pretendo fazer nenhuma disputa interna”, completou. “Estou somente apresentando minha colaboração ao partido, e me colocando como eventual opção”. Mário Oliveira Filho não tem experiência política ou pública anterior. Seu caminho foi na iniciativa privada.

Plano

Mário Oliveira Filho apresentou ao PSDB um plano de governo, que batizou de “Plano Brasil Real II”, remetendo ao Plano Real feito no governo Itamar Franco, que rendeu ao então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso a Presidência da República. Ele emenda remetendo também a JK: “40 anos em quatro”.

Crescimento

“De 1980 até 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,3% ao ano, abaixo da média mundial, que foi 3,25 e abaixo dos países emergentes, que cresceram 4,4%”, diz Mario. “Se crescêssemos como os emergentes, seríamos a quarta economia”, continua. “Já fomos a sexta; hoje, somos a décima-primeira”.

Modernizações

No plano que afirma ter submetido ao PSDB, Mario aponta modernizações que considera importantes. Estabelece, por exemplo, um modelo de bonificação para o serviço público, que todas as audiências de juizes com advogados sejam gravadas e publicadas na internet, e o fim dos penitenciárias urbanas com presídios agrícolas.

PTdoB

Antes de tentar agora o PSDB, Mario foi candidato à Presidência em 2010 pelo PTdoB, atual Avante. Teve somente cerca de 36 mil votos, 0,03% do total. Foi candidato à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP) em 2021, ficando em quarto lugar, com 5,15% dos votos.

“Fila”

“Não posso deixar de reconhecer que a política tem uma fila”, afirma Mario de Oliveira Filho. “Essa fila tinha Ciro Gomes à frente, e agora Aécio Neves”, completa. “Mas eu me coloco como opção. Ou deixo minhas ideias como contribuição”, disse ele ao Correio Político. São ideias em debate.



Pesquisa mostra movimento à direita contra Flávio

Caiado e Zema avançam sobre Flávio

Pesquisa indica movimentos do eleitorado conservador

Por Beatriz Matos

A nova pesquisa Real Time Big Data, divulgada nesta segunda-feira (1º), aponta um cenário que vai além da disputa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Os números sugerem que o pré-candidato bolsonarista enfrenta dificuldades não apenas contra o petista, mas também diante de nomes da própria direita, como os ex-governadores Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo).

No principal cenário de primeiro turno, Lula aparece com 38% das intenções de voto, seguido por Flávio Bolsonaro, com 31%. Caiado e Renan Santos registram 6% cada, enquanto Zema soma 4%. A pesquisa ouviu 2 mil eleitores entre os dias 29 e 30 de maio, com margem de erro de dois pontos percentuais.

O dado que mais chamou atenção, porém, está nas projeções para o segundo turno. Lula venceria Flávio Bolsonaro por 45% a 40%, cinco pontos de vantagem. Com relação à rodada anterior, Lula subiu dois pontos. E Flávio teve uma queda expressiva: quatro pontos, acima da margem de erro da pesquisa, de dois pontos. Na rodada anterior da Real Time Big Data, Flávio estava um ponto à frente de Lula: 44% a 43%.

Mas o dado mais preocupante para Flávio é que agora seus

adversários no mesmo campo mais conservador cresceram sobre ele. Contra Ronaldo Caiado, Lula aparece empatado em 43% a 43%. Já diante de Zema, há também um empate, dentro da margem de erro, tendo Lula 43% contra 40% do governador mineiro.

Para o jurista e analista político Melillo Dinis do Nascimento, o movimento revela uma mudança importante dentro do próprio campo conservador.

“A pesquisa mostra a perda de desempenho de Flávio Bolsonaro nesta fase da corrida eleitoral. Mas ela aponta para um dado talvez mais importante. Ele não parece estar perdendo votos para Lula. Ele começa a perder espaço para outros nomes da própria direita”, considera.

“Isso sugere que uma parcela do eleitorado conservador pode estar começando a fazer uma pergunta que até pouco tempo parecia proibida. Será que existe vida política à direita para além da família Bolsonaro?”

Na avaliação do cientista político Rodrigo Prando, o sobrenome Bolsonaro é um ativo eleitoral, mas carrega também um peso político relevante.

“Eu sempre defendi que o Flávio Bolsonaro tem o bônus e o ônus. O bônus é o sobrenome. No entanto, ele também herda a rejeição, que se acentua com o áudio pedindo dinheiro para o filme sobre seu pai”.

Projetos de interesse do governo no colo de Alcolumbre

Para analistas, fim da escala 6x1 avança. Incógnita é PEC da Segurança

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) de interesse do governo federal estão agora nas mãos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para terem prosseguimento.

Uma delas é a PEC 221/2019, que determina a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e determina o fim da escala de trabalho 6x1, e a outra é a PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), que unifica a segurança pública do país criando um sistema de atuação compartilhada entre União, estados e municípios para combater o crime organizado e as milícias.

Como adiantado pelo Correio da Manhã, Alcolumbre visa reatar uma relação mais amistosa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após atrito na relação entre os dois após o Senado recusar a indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Em contrapartida para reatar com Alcolumbre, Lula pediu um aceno do senador. O aceno poderia vir na maior boa vontade agora com os dois itens principais da pauta de interesse do Planalto.

Esforço real

“Existe um esforço real para viabilizar o encontro entre Lula e Alcolumbre e recompor a relação institucional entre eles após os desgastes recentes. O Executivo tenta evitar que o estremecimento com o Senado contamine a tramitação da PEC do fim da escala 6x1. Nos bastidores, no entanto, pesa a análise de que dificilmente Alcolumbre conseguiria segurar um texto com tanto apelo popular próximo das eleições, o que aumenta as chances de avanço da PEC mesmo nesse cenário”, destacou a cientista política e gerente da BMJ Consultores Fernanda César em conversa com o Correio da Manhã.

Poderá, segundo Fernanda, no entanto, haver um dificultador quanto ao fim da 6x1 no timing no qual Lula venha a indicar novamente Jorge Messias para o STF. Uma nova indicação logo, no meio da negociação das outras pontas, poderia azedar o caldo da relação.

“A expectativa é de uma nova indicação ainda em junho para viabilizar a nova sabatina e votação antes do recesso parlamentar. Essa movimentação adiciona outra camada nas negociações com o Senado e pode impactar no andamento das matérias”, ela ponderou.



Daniel Torok/ Casa Branca



Tempo das PECs do governo está nas mãos de Davi Alcolumbre

Decisão de Trump sobre facções pressiona PEC da Segurança

Recado

O professor de Direito Constitucional e Ciência Política no Centro Universitário Estácio Belo Horizonte Lucas Zandona destacou que, desde a rejeição de Messias ao STF, o Senado mandou um “recado indireto para o Executivo, dizendo que não haveria essa possibilidade do Executivo não negociar, sobretudo com as lideranças” do Congresso.

“É exatamente por isso que o governo federal tem todo o interesse em manter portas abertas com o senador Davi Alcolumbre, porque eles dependem do senador para pautar essas matérias de interesse do governo”, afirmou o professor ao Correio da Manhã.

Eleições

Apesar de ainda não ter um prazo confirmado para pautar as medidas, vale destacar que o calendário eleitoral determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabelece que partidos e federações têm de 20 de julho a 5 de agosto para realizar as convenções partidárias para escolher seus candidatos e tem até 15 de

agosto para encaminhar os pedidos de registro de candidatura devem ser apresentados à Justiça Eleitoral. No dia seguinte, 16 de agosto, começam as propagandas eleitorais gratuitas.

“O governo depende dessa articulação no Senado para pautar essas matérias até a primeira quinzena de julho, uma vez que a segunda quinzena é recesso do Legislativo e em agosto já começam as campanhas eleitorais. Então o governo federal tem pressa na aprovação dessas duas matérias e ele vai centrar todo o esforço na articulação política para, pelo menos, aprovar o fim da jornada 6x1, até a primeira quinzena de julho”, reiterou Zandona.

Escala 6X1

A reportagem conversou com três cientistas políticos e todos eles avaliam o mesmo cenário: a aprovação do fim da escala 6X1 tem maior apelo eleitoral e, portanto, tem mais chances de ser aprovada no Senado antes da PEC da Segurança Pública.

Para Fernanda César, “do ponto de vista político, a aprovação da PEC 6X1 tem potencial para se tornar

um dos principais ativos políticos do governo nas eleições de 2026”.

“Um ponto central para isso é a negociação em torno do nome do relator da proposta no Senado, a escolha sinalizará o grau de abertura com o Planalto nesse momento”, ela afirmou.

Por outro lado, o cientista político e diretor da Domínum Leandro Gabiati, que conversou com o Correio da Manhã, avaliou que a PEC da redução da jornada de trabalho “tem vida própria”, ou seja, não precisa necessariamente de um acordo entre Lula e Alcolumbre.

“O fim do formato 6x1 tem um apelo popular muito maior, é uma pauta muito fácil de identificar pelo eleitor. Eu diria que essa tramitação da PEC no Senado não depende tanto da relação entre Lula e Alcolumbre. Muitos senadores são a favor da matéria, principalmente por conta do período eleitoral, então haverá uma pressão interna muito grande para que essa PEC avance. O Senado tem a possibilidade de mudar o texto daquilo que foi aprovado pela Câmara, mas essa lógica independe da relação entre Lula e Alcolumbre”, afirmou Gabiati.

Segurança Pública

Enquanto isso, a PEC da Segurança Pública, aprovada em 4 de março na Câmara dos Deputados, ainda não teve sequer o relator definido no Senado Federal. Contudo, após o governo dos Estados Unidos (EUA) comunicar que, a partir desta sexta-feira (5), passará a considerar as organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, o tema voltou para os holofotes. Isso porque a medida gera preocupação local por

abrir aval para que os Estados Unidos intervenha no Brasil quando eles julgarem necessário, além de maior fiscalização americana em instituições brasileiras.

“Ao rotular o Brasil como um país que possui organizações terroristas pode haver um reflexo na economia com retração de investimentos externos, além de ferir a soberania nacional”, declarou para a reportagem o advogado criminalista Antonio Gonçalves.

Em conversa com o Correio da Manhã, a advogada criminalista do Motta Luiz Advocacia Camila Motta Luiz de Souza explicou que, apesar de a PEC não ter relação direta com a decisão dos EUA, por não se tratar de “um gesto neutro ou estritamente técnico” do governo norte-americano, mas sim de um ato político, “a decisão aumenta a pressão internacional sobre o Brasil para demonstrar capacidade própria de enfrentamento ao crime organizado transnacional”.

“Nesse cenário, propostas como a PEC ganham relevância política adicional: um sistema nacional integrado de segurança pública pode ser utilizado diplomaticamente como demonstração de que o Brasil tem respostas institucionais próprias – e soberanas – para o problema, reduzindo pretextos para interferências externas”, detalhou a advogada. “A PEC representa uma tentativa de reorganização institucional interna. Se aprovada e bem implementada, pode sinalizar que o Brasil é capaz de construir suas próprias respostas ao crime organizado, dentro dos limites constitucionais e com preservação das garantias fundamentais, sem precisar recorrer à lógica de exceção que o conceito americano de terrorismo tende a impor”, ela completou.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio com Nunes: contrato suspeito da prefeitura

Aliados estranham alarde em operação da polícia paulista

Políticos ligados ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), estranharam o estardalhaço feito pela Polícia Civil de São Paulo na operação de ontem na ONG Instituto Conhecer Brasil, ligada à produtora do filme "Dark Horse", sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.

Isto porque a polícia é subordinada ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e as investigações focam contrato assinado em 2024 com a prefeitura.

Segundo um parlamentar, a Polícia Civil, acionada pelo Ministério Público estadual, não poderia deixar de investigar as suspeitas relacionadas ao contrato de R\$ 108 milhões, mas alega que poderia ter feito isso de maneira mais discreta, já que Tarcísio e Nunes são aliados.

Constrangimento

O inquérito policial, nascido de uma notícia de fato feita por um militante do PT, foi instaurado em 31 de março, há mais de dois meses. É impossível que Tarcísio não soubesse de sua existência. O caso também resvala do filme sobre o ex-presidente.

Esses aliados de Nunes ressaltam que o governador precisará da ajuda dele em sua tentativa de reeleição; logo, não haveria sentido criar qualquer constrangimento.

Waldemar Barreto/Agência Senado



Flávio Bolsonaro: explicações sobre o Master

Entre mordidas e assopros

Semana passada, Tarcísio disse que Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência, deveria explicar "muitas questões" relacionadas à sua relação com Daniel Vorcaro, do Banco Master. Ontem, depois da divulgada a operação, reiterou que o filho de Bolsonaro tem seu apoio.

Ao pedir à Justiça a liberação de dados da movimentação bancária da ONG e de sua responsável, Karina Ferreira da Gama, o delegado Antonio Munera Silveira classificou de "consistentes" as suspeitas de uso de dinheiro da prefeitura na produção do filme sobre Bolsonaro.

Os padrinhos

A contratação da ONG foi feita em 2024 pela Secretaria de Inovação e Tecnologia, na época comandada pelo deputado Bruno Lima, que era do PP e, em 2026, foi para o Podemos. O Correio Bastidores apurou que Lima foi indicado para o cargo pelos presidentes nacional e estadual do PP, respectivamente, senador Ciro Nogueira (PI) e deputado Maurício Neves.

Voz do povo

O PL encomendou uma pesquisa para checar, entre outros pontos, a reação da população às conversas entre Daniel Vorcaro e Flávio Bolsonaro e a atuação deste para que os Estados Unidos declarassem que CV e PCC são organizações terroristas internacionais. As entrevistas já começaram a ser feitas.

Turnos

A pesquisa Real Big Data animou o PSD: mostra que Ronaldo Caiado empataria com Lula (PT) em um eventual segundo turno (43% para cada um). Já Flávio Bolsonaro perderia do petista, 45% a 43%. O problema do ex-governador goiano é que, no primeiro turno, ele teria 6%; o filho de Jair, 31%.

Aposta

Ao declarar que pode ser vice na chapa de Caiado, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, surpreendeu muita gente. "Almocei com ele na semana passada, ele não me falou nada", diz o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ). A sinalização de Kassab demonstra que ele acredita no desgaste de Flávio.

Na pressão

Representantes de entidades empresariais decidiram criar grupos para fazer corpo-corpo com senadores, querem evitar a aprovação da proposta de emenda constitucional que acaba com a jornada de trabalho de seis por um. A marcação sob pressão foi sugerida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Jogo duro

A tramitação no Senado deve ser mais complicada. A PEC do líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), que estabelece livre negociação de jornada e pagamento por horas trabalhadas conta assinaturas de 41 dos 81 senadores. Flávio Bolsonaro é um dos 16 senadores do PL que apoiam a proposta.

O ano da fraude

O senador Magno Malta (PL-ES) acusou no Instagram, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso de ser "um dos responsáveis pela fraude eleitoral no Brasil". Eleito três vezes para o Senado em votações feitas em urna eletrônica, ele não especificou em que pleito houve a suposta fraude.



Karina é dona da ONG e da produtora do filme

Ação atinge produtora do filme de Bolsonaro

Flávio nega, porém, relação entre operação e "Dark Horse"

Por Beatriz Matos

A operação da Polícia Civil de São Paulo (PCSP) que teve como alvo a ONG Instituto Conhecer Brasil (ICB), ligada à empresária Karina Ferreira da Gama, voltou a colocar sob os holofotes o filme "Dark Horse", produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Embora o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, tenha negado qualquer relação entre a investigação e o longa-metragem, o episódio reacendeu questionamentos sobre a origem dos recursos destinados ao projeto e ampliou a pressão política sobre o entorno bolsonarista.

Nesta segunda-feira (1º), ao chegar a um evento no Rio de Janeiro, Flávio foi abordado por jornalistas sobre a operação policial e respondeu de forma breve. Segundo ele, a ação "não tem nada a ver com o filme". Após a declaração, o senador chegou a informar que conversaria novamente com a imprensa ao fim do compromisso, mas deixou o local sem conceder entrevistas.

A operação ocorre em meio à repercussão de revelações envolvendo tratativas financeiras para a produção de "Dark Horse". O filme foi produzido pela Go Up Entertainment, empresa ligada a Karina Ferreira da Gama, que também está associada ao Instituto Conhecer Brasil.

A apuração conduzida pela

Polícia Civil paulista tem como foco o Instituto Conhecer Brasil. Documentos relacionados à investigação apontam suspeitas sobre a destinação de recursos públicos e levaram os investigadores a buscar informações financeiras ligadas aos envolvidos.

O caso ganhou dimensão nacional porque a produtora responsável pelo filme sobre Jair Bolsonaro aparece no centro das discussões.

Nos bastidores políticos, aliados do senador têm evitado comentar publicamente o assunto. A estratégia tem sido deixar que as manifestações partam do próprio Flávio, enquanto a oposição busca manter o tema em evidência.

Entre os principais críticos está o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ). Em publicação nas redes sociais, o parlamentar afirmou que pretende aprofundar questionamentos sobre os recursos destinados ao filme e voltou a citar valores que já haviam surgido em reportagens sobre negociações envolvendo o projeto.

A nova operação investiga um contrato do Instituto Conhecimento Liberta com a prefeitura de São Paulo para a instalação de uma rede de wifi gratuito na cidade por R\$ 108 milhões. Há ainda investigações sobre emendas parlamentares que foram destinadas ao mesmo instituto da produtora do filme.

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Divulgação/SAE



SAE representa interesses dos servidores públicos do DF

Servidores rejeitam pagar por crise na gestão do BRB

O Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Distrito Federal (SAE-DF) divulgou nota pública contra a possibilidade de servidores e serviços públicos arcarem com os custos de eventuais problemas financeiros envolvendo o Banco de Brasília (BRB). A entidade afirma que medidas como congelamento salarial, suspensão de concursos e cortes em investimentos públicos penalizariam trabalhadores que não tiveram participação nas decisões de gestão da instituição financeira. O sindicato também defende transparência na apuração dos fatos e responsabilização dos gestores envolvidos, ressaltando que educação, saúde e demais serviços essenciais não podem ser prejudicados para compensar erros administrativos.

Licença por luto de 2 para 15 dias

Projeto de Lei 2.752/2026, do deputado federal Vanderlan Alves (Solidariedade/CE), amplia para 15 dias consecutivos a licença por luto de trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. O benefício seria concedido em caso de falecimento de pais, filhos, irmãos, cônjuges e companheiros em união estável, sem prejuízo da remuneração ou de benefícios. A proposta tramita pelas Comissões da Casa antes de ir para votação em Plenário.

Divulgação/CBMMG



Para soldados, remuneração inicial é de R\$ 5.332,60

342 vagas - Corpo de Bombeiros de MG

Segue até 17 de junho o prazo de inscrição para o concurso do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), que oferece 342 vagas para os cursos de formação de soldados e oficiais. Do total, são 321 oportunidades para soldados, com remuneração inicial de R\$ 5.332,60, e 21 para oficiais. Os aprovados no Curso de Formação de Oficiais ingressam como cadetes com salário de R\$ 7.506,80, passando a receber R\$ 11.547,07 após a formação, no posto de 2º tenente. As inscrições devem ser feitas pelo site da banca Idecan.

710 vagas: Técnicos Industriais

O Conselho Regional dos Técnicos Industriais de São Paulo (CRT-SP) abriu processo seletivo com 710 vagas, entre oportunidades imediatas e cadastro reserva, para cargos de níveis médio, técnico e superior. Os salários variam de R\$ 4.275,60 a R\$ 10.600,01, além de benefícios como vale-refeição, vale-alimentação, plano de saúde e vale-transporte. As inscrições seguem até 6 de julho pelo Instituto Quadrix.

Indenização I

A Fenajufe acompanhou a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que aprovou o pedido da Federação para reajustar a Indenização de Transporte (IT) dos servidores da Justiça do Trabalho. Agora o valor da indenização passa a ser R\$ 2,391,30, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Indenização II

Durante a sessão, a Fenajufe defendeu o reajuste da indenização de transporte, destacando a importância do benefício para servidores que utilizam veículo próprio. Mesmo com essa conquista, a entidade afirmou que seguirá cobrando do CSJT soluções para passivos sobre a indenização de transporte.

Remuneração I

O deputado federal Vanderlan Alves (Solidariedade-CE) apresentou o PL 2755/2026, que cria regras para a remuneração de membros de conselhos administrativos, fiscais, consultivos e deliberativos ligados à administração pública. A proposta pede por mais transparência e prevê novas regras para nomeações.

Remuneração II

Pelo texto, a participação nos conselhos deverá ter caráter preferencialmente honorífico, permitindo remuneração apenas em casos específicos. O projeto proíbe pagamentos fixos mensais, limita valores por sessão realizada e impede remuneração adicional para servidores públicos que participem de conselhos ligados ao próprio ente federativo.

Júri I

O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) apresentou o PL 2715/2026, que altera o Código de Processo Penal para ampliar os direitos de empregados privados e servidores públicos convocados para atuar como jurados. A proposta cria regras para dispensa do trabalho durante a participação em julgamentos.

Júri II

Pela proposta, trabalhadores que exercerem efetivamente a função de jurado poderão ser dispensados do serviço pelo dobro dos dias de convocação, sem prejuízo do salário ou outros benefícios. O projeto argumenta que a medida valoriza a participação cidadã e equipara o tratamento dado aos mesários eleitorais.



Objetivo é orientar acolhimento em espaços públicos

Protocolo nacional para emergências psicossociais

Proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados

Andre Souza

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2705/2026, de autoria do deputado federal Ribeiro Neto (Solidariedade/MA), que institui o Protocolo Nacional de Emergências Psicossociais. A proposta estabelece diretrizes para identificação, acolhimento, manejo inicial e encaminhamento de pessoas que estejam enfrentando crises emocionais agudas ou intenso sofrimento psíquico em ambientes públicos e instituições de atendimento coletivo.

De acordo com o texto, serão consideradas emergências psicossociais situações como crises severas de ansiedade, ataques de pânico, surtos emocionais agudos, episódios dissociativos, crises decorrentes de estresse extremo, risco de autoagressão ou suicídio e sofrimento psíquico associado a eventos traumáticos ou situações de violência.

A iniciativa busca criar parâmetros nacionais para que diferentes instituições estejam preparadas para oferecer uma resposta inicial adequada diante desses episódios. O protocolo deverá orientar ações preventivas e de acolhimento em escolas públicas e privadas, universidades, hospitais, unidades de saúde, órgãos públicos de atendimento coletivo, aeroportos, rodoviárias, sistemas de transporte público, unidades prisionais, centros de assistência social e outros locais de grande circulação.

Entre os princípios previstos

estão a dignidade da pessoa humana, a proteção da saúde mental, o acolhimento humanizado, o respeito à integridade física e psicológica, a prevenção da violência institucional, o sigilo das informações e a promoção da escuta qualificada. O atendimento também deverá ocorrer sem discriminação e com foco na preservação da privacidade das pessoas em crise.

O projeto prevê que as instituições abrangidas possam adotar medidas como capacitação básica de servidores e profissionais para reconhecer sinais de sofrimento emocional, criação de protocolos de abordagem humanizada, disponibilização de espaços reservados para estabilização emocional inicial e encaminhamento para serviços especializados de saúde mental. Também estão previstas campanhas educativas sobre saúde mental e prevenção ao suicídio.

Outro ponto da proposta autoriza o poder público a promover programas permanentes de formação voltados a profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, administração pública e sistema prisional. Segundo o parlamentar, muitas pessoas em sofrimento emocional ainda enfrentam constrangimentos e abordagens inadequadas em espaços coletivos. Para ele, o protocolo pretende oferecer orientações mínimas para uma resposta mais segura e humanizada. O projeto aguarda tramitação nas comissões da Câmara antes de seguir para votação.

Dora Kramer*

Políticos têm um olho em 2026 e outro em 2030

Se é precipitado fazer apostas definitivas sobre o resultado da eleição presidencial que acontecerá daqui a quatro meses, soa a temeridade mergulhar em projeções sobre o cenário de 2030.

No entanto, é exatamente o que já se faz no mundo político, levando em conta dois fatores: o fim do ciclo de êxitos do PT e a longevidade da era de influência da franquia Bolsonaro no poder central.

As forças que se movimentam no hoje estreito espaço entre os dois polos de direita e esquerda atuam com um olho no peixe da corrida atual e outro no gato do que pode, ou não, vir a ser uma renovação no cardápio de opções e nos critérios de escolhas do eleitorado ainda pautado por estimas e rejeições extremadas.

Começa a circular no centro, na centro-direita e até na direita interessada em se livrar no jugo do bolsonarismo a seguinte ideia: a se confirmar o quadro de disputa entre Luiz Inácio da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) seria melhor para os negócios futuros investir na reeleição de Lula.

Por essa avaliação, o PT reassumiria o governo

enfraquecido no quesito expectativa de poder que já estaria em disputa no dia seguinte à posse. Já no caso da vitória de Flávio Bolsonaro, o Palácio do Planalto estaria entregue ao reinício de um ciclo de domínio do clã. Com anistia ao ex-presidente e perspectiva de reaglutinação de forças.

Note-se que não há entre os adversários de Lula esforço por unidade. Os grupos de Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) falam em aliança entre si no primeiro turno, mas não cogitam aderir ao PL.

Deixam em aberto apoio na etapa final como se fosse óbvia a possibilidade de que estejam juntos, mas sem firmar compromissos de antemão. Por ora escorados na alegação de que disputam vaga no segundo turno. De verdade não é com o que contam.

Dão tempo ao tempo, acreditando numa pragmática reedição da frente ampla em prol de Lula ao centro, enquanto a direita olharia a cena de camarote, dedicada ao apoio fictício no exercício da lavagem das mãos.

***Jornalista e comentarista de política**

Márcio Coimbra*

Asfixia do Crime

A decisão do governo dos Estados Unidos de classificar as maiores facções brasileiras — o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) — como organizações terroristas internacionais representa um divisor de águas geopolítico. Longe de ser um formalismo burocrático, essa medida constitui oportunidade histórica e soberana para o Brasil golpear o coração do crime organizado, algo que as forças de segurança pública domésticas não conseguem consolidar sozinhas no plano global.

O grande mérito prático dessa dupla classificação é deslocar o combate à criminalidade da tradicional e inócua guerra de atrito nas favelas, periferias e fronteiras para uma guerra financeira de alta intensidade contra o topo da pirâmide criminosa. O crime organizado brasileiro há muito tempo deixou de ser questão paroquial de segurança pública para se transformar em um problema corporativo transnacional.

Diagnóstico do Ministério Público brasileiro ilustra a gravidade do cenário atual: uma única ação da Operação Carbono Oculto revelou que apenas seis fintechs, operando como bancos paralelos e ocultos para o PCC, movimentaram a impressionante cifra de R\$ 26 bilhões. Esse volume astronômico de recursos não permanece estático e passa a inundar o sistema financeiro e o comércio nacional ao custear esquemas de corrupção, fraudar licitações, controlar prefeituras, financiar campanhas eleitorais e destruir a livre iniciativa através de uma concorrência desleal imbatível baseada no fluxo infinito do narcotráfico.

A legitimidade dessa classificação norte-americana encontra eco na própria realidade factual do Brasil. Embora PCC e CV tenham nascido como quadrilhas de narcotráfico, a evolução de suas estratégias operacionais incorporou o terrorismo instrumental como método de coerção e demonstração de poder. O crime organizado brasileiro não hesita em utilizar o terror psicológico coletivo, destruição

de infraestruturas públicas e pânico em massa para subjugar o Estado e a sociedade civil, encaixando-se perfeitamente no conceito sociológico e jurídico de atos terroristas.

Ao contrário das narrativas que enxergam nessa medida uma violação da soberania ou pretexto para intervenções estrangeiras, a ação americana ajuda, fundamentalmente, a devolver à sociedade o direito de ocupar seu próprio território e suas instituições. Quem verdadeiramente viola a soberania nacional hoje são as facções, que impõem um poder paralelo armado. O Brasil não perde sua autonomia territorial ou jurídica, uma vez que o monopólio da força operacional e as decisões judiciais dentro de nossas fronteiras permanecem estritamente sob o controle das autoridades brasileiras. Argumentos que insistem na tese de “intromissão” distorcem os fatos para fins puramente políticos, ignorando que a soberania real se protege asfixiando os criminosos que subjagam o país, e não isolando o Brasil dos mecanismos globais de justiça financeira.

A cooperação internacional e o uso desses novos instrumentos de asfixia econômica são o único caminho viável para estancar o banho de sangue nas metrópoles brasileiras. Retirar o oxigênio financeiro do PCC e do CV significa esvaziar a capacidade de compra de fuzis, blindados, drones e tecnologia de criptografia que hoje desafiam abertamente as estruturas do Estado. O grande trunfo das facções não é a droga em si, é a capacidade de lavar o dinheiro. Bloqueado o circuito global, o império criminoso começa a ser desmontado por dentro.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal**

Fernando Carreteio*

A nova janela para o Brasil como hub industrial da América Latina

A geopolítica voltou ao centro das decisões econômicas globais. Conflitos armados na Europa, tensões comerciais entre Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia e rupturas recentes nas cadeias logísticas internacionais fizeram com que empresas multinacionais revisassem um modelo que, por décadas, privilegiou a produção altamente concentrada em poucos polos industriais.

Nesse novo cenário, segurança geográfica, estabilidade institucional relativa e acesso a mercados regionais voltam a ser critérios decisivos para investimentos produtivos. É nesse contexto que o Brasil passa a ocupar uma posição estratégica que vai além do seu tradicional papel de grande mercado consumidor.

A lógica do nearshoring e da regionalização da produção está redesenhando a geografia industrial global. Empresas buscam reduzir riscos logísticos e políticos, aproximando suas operações dos mercados onde atuam. Para a América Latina, o Brasil surge como uma das plataformas industriais mais relevantes, não apenas pelo tamanho da economia, mas pela diversidade de sua base produtiva e pela presença consolidada de cadeias industriais complexas.

O movimento recente da WIKA, grupo alemão com atuação global em instrumentação industrial, ilustra bem essa tendência. O investimento de R\$ 100 milhões na ampliação da unidade em Boituva, no interior de São Paulo, transformando a operação brasileira em um hub para a América Latina, não é um fato isolado. Ele reflete uma estratégia mais ampla de regionalização da produção diante de um mundo mais fragmentado.

Ao reforçar sua presença industrial no país, a companhia sinaliza confiança em fatores estruturais que muitas vezes passam despercebidos no debate público. O Brasil está distante dos principais focos de conflito internacional, possui abundância de recursos naturais, um parque industrial diversificado e um mercado interno robusto que oferece escala às operações produtivas.

Além disso, a possibilidade de avanços em acordos comer-

ciais, como o tratado entre Mercosul e União Europeia, tende a ampliar ainda mais a atratividade do país como plataforma exportadora. Caso plenamente implementado, o acordo pode fortalecer o Brasil como ponto de integração entre cadeias industriais europeias e mercados latino-americanos.

Outro elemento que reforça esse posicionamento é a crescente demanda regional por soluções industriais mais eficientes e sustentáveis. Setores como energia, óleo e gás, mineração, siderurgia, alimentos e saneamento vivem um processo acelerado de modernização tecnológica. Empresas instaladas no Brasil passam a ter condições de atender essa demanda regional com maior proximidade, reduzindo custos logísticos e aumentando a capacidade de resposta aos clientes.

Com isso, o país deixa gradualmente de ser visto apenas como destino final de produtos industrializados e passa a ser considerado um centro estratégico de produção e distribuição para toda a América Latina.

A expansão da WIKA no interior paulista representa justamente esse movimento de reposicionamento das cadeias produtivas globais. Ao fortalecer sua base industrial no Brasil, a empresa reforça uma tendência que vem ganhando força, a de multinacionais que enxergam no país um ambiente capaz de combinar escala de mercado, capacidade industrial e estabilidade relativa em um mundo cada vez mais incerto.

Em um cenário internacional marcado por riscos geopolíticos crescentes, o Brasil pode se consolidar como um verdadeiro “safe haven” industrial. Para que esse potencial se transforme em realidade duradoura, o desafio passa por avançar em competitividade, infraestrutura, segurança jurídica e integração comercial.

Se esses elementos evoluírem na direção correta, investimentos como o de Boituva poderão deixar de ser exceção e se tornar parte de um novo ciclo de fortalecimento da indústria instalada no país.

***Fernando Carreteio é Diretor Comercial da WIKA**

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Joédson Alves/Agência Brasil



Prejuízo foi de R\$ 3,16 bilhões ante R\$1,7 bi em 2025

Prejuízo dos Correios quase dobra no 1º trimestre

Os Correios registraram prejuízo de R\$ 3,16 bilhões no primeiro trimestre de 2026, quase o dobro do resultado negativo de R\$ 1,7 bilhão apurado no mesmo período do ano passado. De acordo com demonstrações financeiras da estatal, houve queda nas receitas, embora a empresa tenha conseguido reduzir parte dos custos operacionais. O resultado ocorre em meio ao processo de reestruturação da companhia, que tenta equilibrar as contas após encerrar 2025 com prejuízo de R\$ 8,5 bilhões. Os Correios atribuem a crise à forte concorrência no setor de logística e comércio eletrônico, além da rigidez dos custos fixos da operação. A meta da estatal é voltar a registrar lucro a partir de 2027.

Gás residencial mais barato no RJ

A tarifa do gás natural no Rio de Janeiro ficou mais barata desde segunda-feira (1º). A redução beneficia consumidores residenciais, comércios, indústrias e motoristas que utilizam Gás Natural Veicular (GNV). O maior desconto será para o GNV, com queda de 6,3% na área da CEG e de 6,4% na CEG Rio. Já o gás residencial terá redução de 1,63% na Região Metropolitana e de 2,8% nas demais regiões do estado. A medida é acordo entre o governo do RJ, a Petrobras e a Naturgy.

Divulgação/Ifood



Drone percorreu 3,6 km entre shopping e condomínio

Ifood inicia entrega com drones em SP

O iFood iniciou nesta segunda-feira (1º) uma operação de entregas com drones em Barueri (SP), ligando restaurantes do Shopping Iguatemi Alphaville a condomínios residenciais da região. Os equipamentos percorrem 3,6 quilômetros em cerca de cinco minutos, reduzindo o tempo de deslocamento. Após o pouso em área específica dos condomínios, um entregador parceiro realiza a etapa final até o cliente. Segundo a empresa, a tecnologia deve diminuir recusas de corridas por dificuldades de acesso às portarias. A operação tem autorização da Anac e do Decea.

BC estuda criação do Pix Garantia

O Banco Central estuda a criação do Pix Garantia, modalidade que permitirá a micro e pequenos empreendedores usar recebíveis futuros via Pix como garantia para obtenção de empréstimos. A proposta dispensa a necessidade de oferecer imóveis ou veículos e pode reduzir os juros cobrados pelos bancos. O objetivo é ampliar o acesso ao crédito e diminuir o risco de inadimplência nas operações.

Selic e Inflação

Pela 12ª semana seguida, o mercado financeiro voltou a elevar a projeção para a inflação oficial do país em 2026. Segundo o Boletim Focus, do Banco Central, a estimativa para o IPCA passou de 5,04% para 5,09%, acima do teto da meta. Já a previsão para a taxa básica de juros (Selic) foi mantida em 13,25% ao ano até o fim de 2026.

PIB e Dólar

As projeções para o crescimento da economia e para o câmbio seguiram estáveis no Relatório Focus. A expectativa do mercado é de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avance 2,14% em 2026. Para o dólar, a previsão permanece em R\$ 5,80 no fim do ano, refletindo cautela dos analistas com o cenário econômico.

Voos cancelados

O Brasil perdeu mais de 6,2 mil voos em maio e junho após a forte alta do querosene de aviação (QAV), segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O combustível, principal custo operacional das companhias aéreas, pressionou a malha aérea e levou ao cancelamento de operações, especialmente em rotas regionais.

Portos e Aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participa nesta terça-feira(2) do programa "Bom Dia, Ministro" para detalhar medidas do governo voltadas à redução das tarifas aéreas. Entre as ações estão iniciativas para diminuir os impactos da alta do querosene de aviação, ampliar a concorrência no setor e fortalecer a aviação regional.

Declaração do IR I

A Receita Federal estuda acabar com a obrigatoriedade da declaração anual do Imposto de Renda da Pessoa Física em até três anos. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a medida busca simplificar a relação do contribuinte com o Fisco por meio do uso ampliado de informações já fornecidas por empresas e bancos.

Declaração do IR II

A proposta prevê o avanço da declaração pré-preenchida até um modelo em que os dados sejam reunidos automaticamente pela Receita. Nesse cenário, o contribuinte precisaria apenas conferir e validar as informações. O governo avalia que a mudança pode reduzir burocracia, erros de preenchimento e custos administrativos.



Querosene de aviação terá queda de R\$ 0,93 por litro

Petrobras reduz preços do querosene e do diesel

Desconto será de R\$ 0,35 no litro do diesel e de R\$ 0,93 no QAV

Da Redação

A Petrobras reduziu, desde segunda-feira (1º), os preços de dois combustíveis: o querosene de aviação (QAV) e o diesel vendido às distribuidoras. O QAV teve queda de 14,2%, enquanto o diesel passou a contar com um desconto de R\$ 0,3515 por litro. As medidas impactam diretamente os setores de transporte aéreo e rodoviário.

Querosene de aviação

A redução de 14,2% no preço do querosene de aviação significa queda de R\$ 0,93 por litro em relação aos valores praticados em maio. Com a mudança, o combustível passou a variar entre R\$ 5,48 e R\$ 5,69 por litro nas refinarias da Petrobras.

O preço do QAV é definido mensalmente pela estatal, sempre no primeiro dia de cada mês. A redução anunciada para junho interrompe uma sequência de três aumentos consecutivos. Em abril, por exemplo, o reajuste havia alcançado 55%.

Mesmo com a queda deste mês, o combustível ainda acumula alta em 2026 quando comparado aos valores registrados no fim de 2025. O querosene de aviação é um dos principais componentes dos custos operacionais das empresas aéreas e influencia diretamente as despesas do setor.

A redução ocorre em meio a medidas adotadas pelo governo fe-

deral para diminuir a pressão sobre os custos da aviação. Entre elas está a manutenção de incentivos tributários relacionados ao combustível utilizado pelas aeronaves.

Diesel

Já no caso do diesel, a Petrobras informou que passou a aplicar, desde segunda-feira (1º), um desconto de R\$ 0,35 por litro no preço de venda do diesel "A" para as distribuidoras. A medida está vinculada à subvenção econômica criada pelo governo federal para o combustível. Segundo a estatal, o valor do desconto corresponde ao montante definido pelo Ministério da Fazenda. O objetivo é compensar os efeitos do fim de benefícios tributários e evitar impacto adicional sobre os preços pagos pelos consumidores.

Com a alteração, o preço médio de venda do diesel às distribuidoras passou de R\$ 3,65 para R\$ 3,30 por litro, de acordo com informações divulgadas pela companhia. O diesel é o principal combustível utilizado no transporte rodoviário de cargas no país, além de abastecer parte da frota de ônibus e máquinas agrícolas.

As duas reduções foram anunciadas em um intervalo de poucos dias e atingem segmentos diferentes da cadeia de transportes. No caso do querosene de aviação, o efeito recai sobre o setor aéreo. Já a queda no diesel alcança diretamente o transporte terrestre e a logística de mercadorias em todo o país.

Ilustração/Imagem gerada por IA

Bolsa Família elevou níveis de emprego e saúde, aponta estudo

Pesquisa foi realizada pela FGV EPGE, Columbia e Stanford e analisou dados a partir de 2012

A ampliação do Bolsa Família realizada em 2012 contribuiu para aumentar o emprego, reduzir internações hospitalares e diminuir a mortalidade entre famílias em situação de extrema pobreza. A conclusão está em estudo divulgado pelo National Bureau of Economic Research (NBER), elaborado pelos economistas Valdemar Pinho Neto, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE), Michael C. Best, da Columbia University, e Felipe Lobel, da Stanford University.

A pesquisa avaliou os efeitos da reforma implementada em 2012, quando o governo federal, durante o Governo Dilma Roussef, criou um mecanismo para complementar a renda de beneficiários que permaneciam abaixo da linha de extrema pobreza mesmo após receberem os repasses do programa. O objetivo era garantir que essas famílias alcançassem um patamar mínimo de renda, reduzindo a vulnerabilidade econômica.

Sobre o estudo

O estudo foi publicado em março de 2026 como working paper do NBER e analisou uma das mudanças promovidas no Bolsa Família desde a criação do programa, em 2003. A investigação procurou identificar não apenas efeitos imediatos sobre a renda das famílias, mas também impactos em áreas como trabalho, saúde e gastos públicos. Para isso, os pesquisadores utilizaram uma ampla base de dados administrativos. Foram cruzadas informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), da folha de pagamentos do Bolsa Família, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que reúne dados do mercado formal de trabalho, e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS).

A metodologia adotada comparou famílias situadas próximas ao limite que definia o acesso ao benefício complementar. Ao observar



Bolsa Família atende 19 milhões de famílias e 49,5 milhões de pessoas em todo o país

grupos posicionados imediatamente abaixo e acima da linha de extrema pobreza antes e depois da reforma, os autores conseguiram estimar os efeitos diretamente associados à ampliação do programa.

Emprego

Os resultados apontaram aumento de 4,8% no emprego entre os beneficiários contemplados pela mudança. Segundo os pesquisadores, a garantia de uma renda mínima pode reduzir dificuldades que comprometem a capacidade de procurar trabalho, manter uma rotina produtiva ou permanecer empregado.

O estudo reforça o conceito de inclusão produtiva, segundo o qual a proteção social pode funcionar como um instrumento para ampliar a participação econômica da população de baixa renda. Nesse contexto, a renda mínima atua como um fator que reduz restrições materiais e cria condições para a busca de oportunidades de trabalho.

A análise sugere que a insegurança

alimentar, a falta de recursos para transporte, a dificuldade de acesso a medicamentos e outros custos básicos podem limitar a inserção de pessoas em situação de pobreza no mercado de trabalho. Com uma renda mais estável, parte dessas barreiras tende a ser reduzida.

Saúde

Além dos impactos econômicos, a pesquisa identificou mudanças em indicadores de saúde. A mortalidade entre os beneficiários caiu 14%, resultado que corresponde a mil vidas preservadas, de acordo com as estimativas apresentadas pelos autores. Também foi observada redução na utilização de serviços hospitalares. A probabilidade de internação diminuiu 8%, enquanto o tempo médio de permanência nos hospitais recuou 6%. O levantamento mostrou ainda queda entre 14% e 15% nos custos hospitalares financiados pelo Estado.

Para os pesquisadores, esse re-

sultado demonstra que políticas de transferência de renda podem produzir efeitos indiretos sobre as despesas públicas ao reduzir a necessidade de tratamentos hospitalares. As hospitalizações relacionadas à subnutrição caíram 38%, enquanto os casos associados a doenças infecciosas diminuíram 8%. As internações provocadas por complicações digestivas registraram queda de 9%. Outro resultado observado foi o aumento de 50% nos gastos das famílias com medicamentos.

Sobre o Bolsa Família

Atualmente, o Bolsa Família atende mais de 19 milhões de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único em todo o país, alcançando 49,5 milhões de pessoas. É a principal política de transferência de renda do governo federal. Em maio de 2026, os repasses somaram R\$ 12,9 bilhões, com benefício médio de R\$ 678 por família.

CNC apoia jornada flexível por horas, mas pede mudanças em PEC no Senado

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manifestou apoio, com ressalvas, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 12/2026, apresentada no Senado Federal, que prevê a adoção de um modelo flexível de jornada de trabalho baseado em horas efetivamente trabalhadas. A entidade avalia que a proposta amplia as possibilidades de negociação entre trabalhadores e empresas e oferece alternativas para setores com diferentes necessidades operacionais.

A proposta foi apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) e surge em meio ao debate sobre mudanças nas regras trabalhistas em tramitação no Congresso Nacional. Enquanto a PEC nº 8/2025, que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e

acaba com a escala 6x1, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda análise do Senado, a nova PEC propõe um caminho diferente. Em vez de estabelecer um limite único para todos os trabalhadores, o texto permite que empregados e empregadores optem entre o modelo tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e um regime flexível remunerado por horas efetivamente trabalhadas.

Segundo a CNC, o texto tem como principal mérito a valorização da negociação coletiva. Em parecer técnico elaborado por sua Diretoria Jurídica e Sindical, a entidade afirma que a proposta está alinhada ao princípio do negociação sobre o legislado e acompanha o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de acordos e convenções coletivas



PECs sobre jornada de trabalho tramitam no Senado

para disciplinar relações de trabalho, desde que respeitados os limites constitucionais.

Para a confederação, a flexibilização pode atender melhor às características de setores como

comércio, serviços e turismo, que frequentemente operam com sazonalidade, horários ampliados de funcionamento e demanda variável ao longo do ano. A avaliação é de que modelos mais flexíveis permi-

tem soluções adaptadas à realidade de cada atividade econômica, sem impor uma regra uniforme a todos os segmentos produtivos.

Apesar da avaliação favorável, a CNC demonstrou preocupação com o dispositivo que prevê a prevalência do contrato individual sobre acordos e convenções coletivas. Na visão da confederação, esse mecanismo pode enfraquecer a atuação sindical, reduzir a força da negociação coletiva e gerar insegurança jurídica nas relações de trabalho. Por isso, a entidade defende ajustes no texto durante a tramitação da proposta.

A CNC também fez críticas à PEC que reduz a jornada semanal para 40 horas devido às dificuldades de uniformizar segmentos que dependem de escalas diferenciadas e funcionamento contínuo.

Reprodução

CORREIO NO MUNDO

Divulgação



Cepeda insinuou erros em 10 milhões de votos na eleição

Cepeda recua e nega fraude na eleição da Colômbia

O apadrinhado de Gustavo Petro, Iván Cepeda, recuou nesta segunda-feira (1º) das acusações de irregularidades no primeiro turno das eleições da Colômbia, celebrado na véspera, e reconheceu os resultados que colocaram o ultra-direitista Abelardo de la Espriella na liderança, contrariando pesquisas de intenção de voto.

“Até o momento, devo afirmar categoricamente que não encontramos nenhuma evidência ou indício de irregularidades flagrantes”, afirmou o presidenciável a jornalistas em Bogotá, sem dar espaço para perguntas. “Não há irregularidades de dimensões suficientes para falar de fraude”. Horas antes, na noite de domingo (31), o candidato afirmou a apoiadores que havia 885 mil votos suspeitos.

Padrões de votação atípicos

Ele havia mencionado padrões de votação atípicos em partes do país, sem apresentar provas. A apuração preliminar do Registro Nacional aponta que Espriella teve quase 800 mil votos a mais do que o Cepeda, angariando 43,7% dos eleitores —quase três pontos percentuais a mais do que o senador. Ambos vão disputar o segundo turno do pleito, no dia 21 de junho. No domingo, o tom era outro. “Hoje tivemos 10 milhões de votos mal contados na Colômbia.

Samantha Power/ USAID



Gustavo Petro 'apadrinhou' Cepeda nas eleições

Resultado não pode ser subestimado

“Somos a principal força política, sem dúvida”, disse, em um discurso acalorado. “Só quando as comissões de escrutínio deixarem tudo isso esclarecido nós vamos nos pronunciar sobre o resultado desta noite.”

Nesta segunda, porém, comentou rapidamente a votação: “Este resultado não pode, de forma alguma, ser subestimado, minimizado ou banalizado. O Pacto Histórico exige respeito pela nossa força política”, afirmou, em referência ao partido que representa nas urnas.

Cepeda tinha certeza de vitória

A sigla estava confiante de que ganharia no primeiro turno ao concorrer com um adversário tão controverso como Espriella, advogado famoso por ter defendido membros de grupos paramilitares e um suposto laranja do ditador Nicolás Maduro. Pesquisas de voto chegaram a colocar Cepeda com quase 45% das intenções de voto, mais de dez pontos percentuais acima do ultradireitista.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

Ataque de drones

Apesar de enfrentar dificuldades ao longo do mandato como presidente, Petro, o padrinho de Cepeda, vinha recuperando sua popularidade nos últimos dias e conseguiu uma aprovação de 45,8% da população. A desaprovação de 50,4%, no entanto —prova da polarização do país—, parece ter pesado na hora do voto.

Acusações ecoaram

As acusações de Cepeda ecoaram as do presidente. Pouco antes do discurso do senador, Petro foi ao X, rede social em que costuma fazer publicações pouco institucionais, para afirmar que não aceitaria os resultados da contagem preliminar. Ele se referia à primeira apuração dos votos realizada pelas autoridades eleitorais.

Contagem oficial

O objetivo é informar o público sobre os resultados no dia da eleição. Os números só têm força legal após a confirmação pela contagem oficial. Geralmente a apuração final demora alguns dias e coincide com a contagem preliminar, embora diferenças sejam possíveis justamente pelos mecanismos de correção existentes.

Fala do presidente

“Atualmente, existem dois censos: o oficial e o produzido pelo software dos irmãos Bautista, que inclui 800 mil pessoas. As seções eleitorais que já foram contestadas demonstram que centenas de milhares de votos foram adicionados sem a existência de eleitores registrados”, afirmou o presidente no X.

Subiu o tom

Espriella aproveitou as acusações para subir o tom da sua já inflamada retórica. “Gustavo Petro, não se atreva a desconsiderar os resultados das eleições, porque o povo se levantará e o punirá. Sr. Petro e sr. Cepeda, vocês são dois bandidos que vamos aposentar”, afirmou a apoiadores no domingo. “Vamos defender a democracia pela razão ou pela força.”

Sistema eleitoral

A Missão de Observação Eleitoral da Colômbia não fez alertas de irregularidades em massa em seu relatório sobre a votação. A diretora para as Américas da Human Rights Watch, Juanita Goebertus, fez um chamado para defender o sistema eleitoral da Colômbia.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)



Presidente americano tenta mediar negociações entre as partes

Trump anuncia ‘trégua dentro da trégua’ no Líbano

Americano diz ter falado com líderes de Israel e Hezbollah

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta segunda-feira (1º) que conversou por telefone com o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu e com líderes do Hezbollah e que ambas as partes concordaram em não se atacar. “Tive uma ligação muito produtiva com Netanyahu, e não haverá tropas indo a Beirute, e qualquer contingente a caminho já deu meia volta”, afirmou Trump em post na rede Truth Social. “Tive ótima conversa com o Hezbollah, e eles concordaram que as armas vão parar: Israel não vai atacá-los, e eles não vão atacar Israel”, disse.

Mais cedo, o premiê israelense tinha feito novo anúncio de ataques contra a capital libanesa, mas não disse que enviaria tropas a Beirute.

O anúncio, uma espécie de trégua dentro da trégua, não inclui detalhes sobre prazos ou sobre a negociação em andamento para encerrar o conflito. Em tese, há um cessar-fogo vigente desde o dia 17 de abril, desrespeitado desde os primeiros dias e com novos e crescentes ataques recentes de lado a lado —no mês passado, a trégua foi renovada por mais 45 dias.

Embora Washington atue como mediador no Líbano, a guerra entre a facção xiita e Israel está vinculada ao conflito israelo-americano contra o Irã, por sua vez fiador e patrono do Hezbollah. Teerã exige que qualquer acordo com Trump inclua o fim das hostilidades em território libanês, o que Washington e Tel Aviv têm ignorado. Representantes

israelenses e libaneses devem se encontrar na capital americana nestas terça (2) e quarta (3) para nova rodada de negociações.

Durante a ligação desta segunda, segundo funcionários americanos ouvido sob anonimato pelo portal de notícias Axios, Trump teria advertido o premiê israelense. “Você é um completo maluco. Você estaria na prisão se não fosse por mim. Estou salvando a sua pele. Todo mundo te odeia agora. Todo mundo odeia Israel por causa disso”, teria dito o americano. Segundo um dos funcionários, Trump gritou, de maneira furiosa: “O que você está fazendo?”. Nenhum dos governos confirmou os relatos.

Depois do anúncio do aliado americano, Netanyahu reforçou a intenção de atacar Beirute caso o Hezbollah renove a ofensiva. O premiê disse ainda que as operações podem ser interrompidas na capital libanesa, mas seguem no sul do país —onde os avanços israelenses geram comparações com a destruição na Faixa de Gaza.

A embaixada dos EUA no Líbano afirmou que o Hezbollah aceitou a proposta de pausa mútua nos ataques a Beirute e ao norte de Israel. “Sob o arranjo proposto, os ataques de Israel a Dahieh cessariam em troca de o Hezbollah não lançar ataques contra Israel, com uma estrutura do cessar-fogo a ser expandida para abranger todo o território libanês”, disse em nota.

Por Guilherme Botacini (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Skyscraper2010 via Wikimedia Commons



João Fonseca jogará às 15h15, pelo horário de Brasília

João Fonseca joga nesta terça (2) na quadra Philippe-Chatrier

João Fonseca vai jogar no horário nobre desta terça-feira (2) contra o tcheco Jakub Mensik, pelas quartas de final de Roland Garros. O confronto foi marcado para as 20h15 de Paris (15h15 pelo horário de Brasília). O jogo terá transmissão da ESPN2, na TV fechada, e no Disney+, no streaming. O vencedor deste duelo terá na semifinal o ganhador do confronto entre o alemão Alexander Zverev (3º do mundo) e o espanhol Rafael Nadal (2º), que fazem o jogo anterior também na terça, na quadra Philippe-Chatrier (a principal do complexo de Paris). O tenista carioca, de 19 anos e 30º do mundo, conseguiu no domingo (31) alcançar pela primeira vez as quartas de um Grand Slam ao derrotar o norueguês Casper Ruud por 3 sets a 1.

João Fonseca já enfrentou Mensik

Na rodada anterior, o brasileiro já havia obtido outro feito: vencer Novak Djokovic e ser o primeiro brasileiro a derrotar o sérvio na chave principal de um torneio. Mensik, de 20 anos e 27º. do ranking mundial, só jogou contra Fonseca uma única vez no Next Gen ATP Finals de 2024, torneio que reúne os oito melhores tenistas sub-20 e tem regras diferentes na pontuação. Na ocasião, o brasileiro levou a melhor.

Skyscraper2010 via Wikimedia Commons



Roland Garros terá um campeão inédito em 2026

Orientar para melhorar o desempenho

O tcheco tem como principal golpe o saque. Com 1,96m, usou o serviço para justamente ganhar o seu principal título diante de Djokovic em 2025: o Masters 1000 de Miami (disputado em quadra dura). Assim como o brasileiro, Mensik já está em sua melhor colocação em um Grand Slam. Cada um dos jovens tenistas já garantiu o prêmio de 470 mil euros (mais de R\$ 2,77 milhões) por chegar às quartas. Quem ganhar vai levar mais 280 mil euros (R\$ 1,65 milhão).

Por Dani Blaschkauer (Folhapress)

Seleção Feminina se apresenta em SP

As atletas convocadas para os amistosos da Seleção Feminina de Futebol contra os Estados Unidos já se apresentaram no hotel Marriott, em Guarulhos, onde a equipe está concentrada. Os treinos da seleção acontecerão no CT Joaquim Grava, nesta terça, na quarta e quinta-feira das 15h às 17h; e na Neo Química Arena na sexta-feira das 18h30 às 19h30. Antes disso, as atletas passarão pelas avaliações médicas.

Serena Williams

Serena Williams retornará ao tênis profissional no torneio de duplas femininas do WTA 500 de Queen's, que será disputado entre 8 e 14 de junho, anunciaram os organizadores nesta segunda-feira (1º). Aos 44 anos, Serena não joga desde a eliminação na terceira rodada do US Open de 2022.

Volta cogitada

"As boas notícias se espalham rápido", postou nas redes sociais a americana, vencedora de 23 Grand Slams em simples. Seu possível retorno era cogitado desde dezembro do ano passado, quando veio à tona que ela havia se inscrito no programa antidoping, um pré-requisito para poder voltar a jogar no circuito.

Repercussão

Na ocasião, Serena negou que estivesse planejando retornar e publicou nas redes sociais: "Não vou voltar. Essa repercussão é uma loucura". No entanto, ela recebeu um convite para a chave de duplas femininas do WTA 500 de Queen's, em Londres. Segundo a imprensa, ela jogará ao lado da jovem canadense Victoria Mboko.

Gratidão

"O Queen's Club parece o lugar perfeito para começar este novo capítulo", disse Serena, sete vezes campeã de Wimbledon. "A grama me deu alguns dos momentos mais significativos da minha carreira e estou empolgada para voltar a competir em um dos palcos mais icônicos deste esporte", acrescentou a tenista.

Uma das maiores

"Serena Williams é uma das maiores atletas que o mundo já viu, e estamos muito felizes com o seu retorno ao tênis", disse a diretora do torneio, Laura Robson. Em 2022, Serena disse que não queria usar a palavra "aposentada" e explicou que estava "evoluindo" afastando-se do tênis.

Por Folhapress

Despedida na CBF

Os jogadores e a comissão técnica da Seleção Brasileira visitaram a sede da CBF na noite da segunda (1º) a fim de se despedir dos funcionários da casa, antes da viagem para a disputa da Copa do Mundo. Foi uma recepção festiva e calorosa. Eles aproveitaram para conhecer o museu e jantaram com o presidente da CBF, Samir Xaud.



Uma das obras transforma o clássico Totô em peça de arte

Futebol encontra a Arte no Rio de Janeiro

Galeria exhibe exposição TOYSTÓRIA, que mistura esporte e arte

A Galeria de Arte Solar, localizada no morro do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro, apresenta a exposição "TOYSTÓRIA", de Sabrina Corrêa e Fernanda Botelho. Utilizando a linguagem lúdica da Toy Art - que articula arte, design, moda e cultura urbana -, a mostra pretende aproximar crianças, jovens e moradores da região do universo da arte contemporânea. Sob a curadoria de Adriana Nakamuta, a dupla reúne diferentes versões do boneco Curupira, inspirado no mítico personagem do folclore brasileiro. Sem fins lucrativos, a Galeria de Arte Solar é hoje a única no Rio de Janeiro com programação curatorial contínua instalada dentro de uma comunidade. Com patrocínio do Belmond Copacabana Palace, do Instituto Yduqs e da Lorinvest, via Lei Municipal de Incentivo à Cultura (ISS RJ), o espaço integra o Solar Meninos de Luz, instituição educacional eleita Melhor ONG do Rio de Janeiro no Prêmio Melhores ONGs do Brasil 2025. "TOYSTÓRIA" fica em cartaz até 18 de julho, com entrada gratuita.

O destaque da mostra é o boneco Curupira, obra da dupla carioca fundadora do Estúdio Safe Art, já apresentada na ArtRio e no Shopping Leblon. Com seus icônicos pés invertidos e orelhas de porco-do-mato, a peça revitaliza a imagem do guardião das florestas brasileiras em uma linguagem pop.

Há também trabalhos que remetem ao imaginário afetivo do futebol, como um jogo de totô, feito em parceria com o artista Heberth Sobral, e um painel interativo onde o público pode mover os jogadores no campo.

Mais do que contemplação, a expografia convida o público à interação e à criação. Segundo a curadora Adriana Nakamuta, com essa exposição a galeria reafirma seu papel como uma "galeria-escola". "Nosso objetivo não é necessariamente formar artistas, mas despertar o gosto pela arte e estimular a criatividade, especialmente entre crianças e educadores", explica. Ela ressalta que a mostra segue a intenção curatorial das últimas exposições realizadas no espaço, de Marcos Cardoso e Heberth Sobral, buscando o diálogo direto de objetos do cotidiano e do imaginário popular com as práticas pedagógicas da escola.

Localizada no Solar Meninos de Luz, no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, e aberta ao público, a Galeria de Arte Solar atua há 18 anos integrando arte e educação.

"Mais do que exibir obras, a galeria atua como um espaço de formação, buscando despertar o interesse pela arte, estimular a educação visual e desenvolver o pensamento crítico e a criatividade dos alunos e da comunidade", conclui Isabela Maltarolli, diretora pedagógica da escola.



O conselheiro do TCMRio, Nestor Rocha, com Sidnei Gonzalez, diretor da FGV



MAGNAVITA
 claudio.magnavita@gmail.com
 @colunamagnavita

Fotos Cláudio Magnavita



O ministro Alexandre de Moraes durante a mesa de abertura que contou com o anfitrião, ministro Gilmar Mendes; o presidente da Câmara, Hugo Motta; Luiz Felipe Salomão, vice-presidente do STJ; Luís Manuel Ferreira, reitor da Universidade de Lisboa; o professor Carlos Morais; o presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen; e o presidente do Conselho Federal da OAB; Beto Simonetti



O deputado Pedro Paulo com o conselheiro do TCMRio, Nestor Rocha

Lideranças brasileiras marcam Fórum de Lisboa

Lisboa voltou a ser o endereço da política brasileira. O primeiro dia do XIV Fórum de Lisboa, nesta segunda-feira, 1º de junho, reuniu ministros de tribunais superiores, parlamentares, governadores, prefeitos, empresários, advogados e acadêmicos em uma intensa agenda de debates sobre democracia, tecnologia, soberania, economia e governança. Com participação de autoridades brasileiras e estrangeiras, o encontro transformou a capital portuguesa em um dos principais centros de discussão sobre os desafios institucionais e geopolíticos da atualidade.



Painel sobre desenvolvimento tecnológico contou com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere; a Chefe de Gabinete de Secom do Planalto, Samara Castro; a professora Priscila Lapa Villas Boas; e Edson Holanda, conselheiro da Anatel



A jornalista Liliana Rodriguez e a sobrinha, Advogada Luiza Lucas Bruxellas



O prefeito de Pirai (RJ), Luiz Fernando Pezão, com o CEO de Light, Alexandre Nogueira



Durante conversa em Lisboa, o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, e o deputado Pedro Paulo

OAB-RJ reúne presidentes de subseções de todo o estado para debater demandas da advocacia

Bruno Mirandella/OAB-RJ

A Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) realizou, na última semana, o III Colégio de Presidentes de Subseção do triênio 2025 – 2027. O encontro, que aconteceu na sede da OAB-RJ, no Centro do Rio, reuniu dirigentes das 64 subseções fluminenses para debater demandas da advocacia, compartilhar experiências e alinhar ações institucionais em todo o estado. Também participaram do evento representantes das corregedorias do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1). “Foi uma honra contar com a participação de representantes do Poder Judiciário em nosso Colégio de Presidentes”, reforçou a anfitriã, Ana Tereza Basilio, presidente da OAB-RJ.



Representantes das subseções de todas as regiões do estado apresentaram demandas

fotos Rogério Capela

Palestra de André Mendonça dá início às atividades da Escola de Justiça de Campinas

Evento reuniu representantes dos três poderes, instituições jurídicas e acadêmicas, além de alunos de cursos de Direito nesta segunda-feira, 1º



Ministro André Mendonça durante a Aula Magna inauguração da Escola de Justiça de Campinas, no auditório do Campus I da PUC-Campinas

O prefeito de Campinas, Dário Saadi; o ministro André Mendonça; e o secretário municipal de Justiça, Peter Panutto



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Por iniciativa do Deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), a Câmara dos Deputados, em 28 de maio, prestou homenagem in memoriam às vítimas do acidente aéreo da Associação Chapecoense de Futebol e em celebração à vida dos sobreviventes, no marco de dez anos da tragédia. Chodini recordou a trajetória vitoriosa do clube, interrompida pelo acidente aéreo que matou 71 pessoas. Na foto, o parlamentar ao lado do ex-zagueiro e sobrevivente, Neto





Autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de instituições jurídicas e acadêmicas participaram da Aula Magna que marcou o lançamento da Escola de Justiça de Campinas

Rogério Capela

A presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, marcou nesta segunda-feira (1º) o lançamento oficial da Escola de Justiça de Campinas (EJ Campinas). Realizada no auditório do Campus I da PUC-Campinas, a Aula Magna inaugural reuniu autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de instituições jurídicas, do meio acadêmico e da sociedade civil para discutir o tema “Governança e Estado Democrático de Direito”.

Primeiro palestrante da nova instituição, Mendonça destacou a importância da iniciativa e afirmou que a Escola de Justiça tem potencial para gerar impactos que vão além do sistema jurídico. Segundo ele, a qualificação permanente dos agentes públicos pode contribuir para ampliar a segurança jurídica, impulsionar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população.

Durante sua participação, o ministro ressaltou que a Escola deve atuar de forma contínua, valorizando o mérito, a excelência acadêmica e o interesse público. Para ele, a proposta não deve se limitar à formação técnica, mas também contribuir para a construção de soluções voltadas ao cidadão. “Que essa escola seja um oxigênio para a cidade e para a administração pública”, afirmou.

A criação da Escola de Justiça foi celebrada pelo prefeito Dário Saadi, que classificou a iniciativa como pioneira entre as adminis-

Com participação de André Mendonça, iniciativa pretende se tornar referência em capacitação e produção de conhecimento



O ministro do STF, André Mendonça, durante a Aula Magna inaugural da instituição

trações municipais brasileiras. Segundo ele, a nova estrutura terá papel importante na capacitação dos servidores públicos, especialmente daqueles que atuam na área jurídica, contribuindo para a garantia de direitos e para o fortalecimento das políticas públicas.

O prefeito destacou ainda que a qualidade da Justiça e da administração pública está diretamente relacionada ao desenvolvimento das cidades. Para ele, municípios que buscam promover igualdade de oportunidades, inclusão social e crescimento sustentável precisam investir permanentemente na formação de seus quadros técnicos.

Escola de Justiça

Instituída pela Lei Complementar nº 581, de 2026, a Escola de Justiça de Campinas foi criada com a

missão de promover a formação jurídica continuada dos agentes públicos municipais, aperfeiçoar a gestão pública e ampliar a integração entre o poder público, instituições jurídicas, universidades e a sociedade civil.

O secretário municipal de Justiça, Peter Panutto, afirmou que a proposta vai além da realização de cursos e capacitações. Segundo ele, a Escola nasce como um espaço permanente de formação, diálogo institucional e produção de conhecimento, capaz de aproximar diferentes setores e estimular a troca de experiências entre profissionais e instituições.

Panutto ressaltou que Campinas possui protagonismo regional e nacional em diversas áreas e que a nova Escola contribuirá para fortalecer ainda mais a administração municipal. O secretário

também destacou que a presença de André Mendonça na aula inaugural reforça a relevância do projeto e evidencia a responsabilidade assumida pelo município na consolidação da iniciativa.

“A Escola de Justiça representa um investimento estratégico na qualificação da gestão pública e no fortalecimento das instituições”, afirmou. Segundo ele, a expectativa é que a EJ Campinas se torne uma referência permanente em formação jurídica, produção de conhecimento e integração institucional.

A parceria com a PUC-Campinas foi outro ponto destacado durante a solenidade. O reitor da universidade, Victor de Barros Deantoni, lembrou a trajetória de colaboração entre a instituição de ensino e a Prefeitura de Campinas, ressaltando a importância da parti-

cipação da universidade na construção da nova Escola.

Ao mencionar os 85 anos da PUC-Campinas, comemorados neste fim de semana, Deantoni afirmou que a instituição mantém a convicção de que conhecimento e ética são valores inseparáveis. Para ele, a criação da Escola de Justiça representa um projeto que merece reconhecimento por seu compromisso com a educação, a formação profissional e o fortalecimento da cidadania.

A cerimônia de abertura contou ainda com a participação do arcebispo metropolitano de Campinas e grão-chanceler da PUC-Campinas, Dom João Inácio Müller; dos deputados federais Jonas Donizete e Paulo Freire; do presidente da Câmara Municipal de Campinas, Luiz Carlos Rossini; do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann; do secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Arthur Lima; da corregedora-geral do Tribunal de Justiça paulista, Sílvia Rocha; da desembargadora Lígia Araújo Bisogni; e da presidente da OAB Campinas, Luciana de Freitas.

A Aula Magna da Escola de Justiça contou com apoio institucional da PUC-Campinas e de diversas entidades ligadas ao setor jurídico, acadêmico e à administração pública, consolidando uma ampla rede de parceiros voltada ao fortalecimento da formação jurídica e da gestão pública no município.